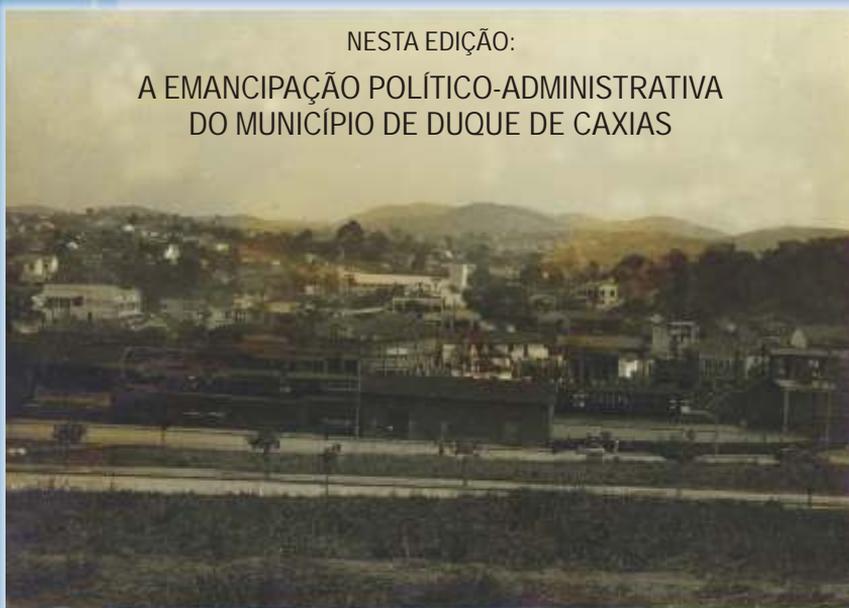




Textos sobre a História de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense.

Ano II - nº 03 - dezembro de 2003



NESTA EDIÇÃO:

A EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA
DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS



Órgão de divulgação conjunta:
Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto /
Câmara Municipal de Duque de Caxias e
Associação dos Amigos do Instituto Histórico.



REVISTA PILARES DA HISTÓRIA

Órgão de divulgação conjunta:

INSTITUTO HISTÓRICO VEREADOR THOMÉ
SIQUEIRA BARRETO /
CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
e ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO
INSTITUTO HISTÓRICO

PRESIDENTE DA CMDC:
Vereador Laury de Souza Villar

DIRETOR GERAL DA CMDC:
Laurecy de Souza Villar

DIRETORA DO INSTITUTO HISTÓRICO:
Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

PRESIDENTE DA ASAMIH:
Maria Vitória Souza Guimarães Leal

ASSESSORIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO
DA CMDC:
Antonio Pfister

CONSELHO EDITORIAL:
Alexandre dos Santos Marques
Carlos Sá Bezerra
Odemir Capistrano Silva
Rogério Torres
Ruyter Poubel
Sandra Godinho Maggesi Pereira
Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

COLABORADORES:
Alda Regina Siqueira Assumpção
José Rogério Lopes de Oliveira
Manoel Mathias Thibúrcio Filho
Roselena Braz Veillard
Suely Alves Silva

CAPA:
Agnaldo Werneck

FOTO / CAPA:
Panorâmica dos arredores da estação de Caxias -
8º distrito de Nova Iguaçu - década de 30.
Acervo iconográfico do Instituto Histórico

CORRESPONDÊNCIA:
Rua Paulo Lins, 41 - Jardim 25 de Agosto
CEP: 25071-140 - Duque de Caxias - RJ
Telefone: 2671-6298 ramal 247
site: <http://www.cmdc.rj.gov.br/>

Editorial

MAIS QUE PEDRAS A CARREGAR

Trabalho de Sísifo, reconstruir a história, como toda atividade ligada à produção do conhecimento, supõe, necessariamente, malogro e sucesso, começo e recomeço. Eis o destino desta nascente Pilares da História, uma vez que sua meta é atrair pesquisadores e estudiosos para a tarefa de carregar, cada um, as suas pedras para essa construção, sem temer que elas ocasionalmente rolem ribanceira abaixo, do alto das suas montanhas de hipóteses, teses e teorias.

Este número, por exemplo, aborda o tema da emancipação de Duque de Caxias, na ocasião em que a nossa jovem cidade festeja o seu sexagenário. De 8º distrito de Nova Iguaçu a um dos mais importantes municípios do Brasil, grande arrecadador de impostos e extraordinário pólo de atividade econômica. Entretanto, que há de peculiar nessa trajetória de 60 anos que permitiria falar numa identidade - algo que possa ser exibido com orgulho por seus habitantes como uma marca dos seus produtos, da sua inventiva, do seu ímpeto realizador e da sua capacidade de superação?

Ante tal problema, os estudiosos hesitam. Quem sabe melhor seria perguntar daqui a outros 60 anos? Mas daqui a 60 anos os atores serão outros e o cenário, por mais que se preserve, sempre será também outro e portanto outras pedras subirão o monte nas costas de outros Sísifos. Que importa? Não nos apoquentemos tanto com tantas dúvidas futuras. Questões do presente, embora não nos bastem como cidadãos e militantes da cultura, por ora talvez mereçam mais atenção. Uma dessas questões é como uma revista de história pode contribuir para a edificação, em nosso dia-a-dia, de uma cidade mais justa e confortável, à altura da generosidade e dos ideais de seu povo. Obviamente, teremos de carregar mais que pedras, teremos de ser bem mais que os penitentes do samba, ocupados apenas em erguer nossas "estranhas catedrais".

O Instituto Histórico “Vereador Thomé Siqueira Barreto” / Câmara Municipal de Duque de Caxais e a Associação dos Amigos do Instituto Histórico agradecem o apoio:

Dos Autores

CEMPEDOCH-BF

Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense

FEUDUC

Fundação Educacional de Duque de Caxias

IPAHB

Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense

De todos que participaram direta ou indiretamente da produção deste trabalho e daqueles que se empenham no difícil processo da permanente construção e reconstrução da nossa história.

O Conselho Editorial está aberto ao recebimento de artigos para possível publicação.

As idéias e opiniões emitidas nos artigos são da responsabilidade de seus autores.



MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS

DUQUE DE CAXIAS: 60 ANOS DE HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO

No dia 31 de dezembro deste ano, Duque de Caxias estará completando seis décadas de emancipação político-administrativa. Uma data extremamente importante do ponto de vista histórico, social, econômico e político.

História que começou no século XVI, ainda na época das doações das sesmarias - lotes de terra não cultivados ou abandonados, que os reis de Portugal cediam a terceiros. Nesta época, Brás Cubas e Cristóvão Monteiro foram uns dos primeiros agraciados. Uma parte das doações, às margens do Rio Iguaçu, deu origem ao território hoje constituído por Duque de Caxias.

No século XVIII, o centro econômico brasileiro transferiu-se para Minas Gerais. O ouro veio substituir a plantação canaveira em crise, mudando o panorama da sociedade colonial.

O deslocamento do eixo econômico do Nordeste para o Sudeste daria à região uma de suas funções mais expressivas: a passagem obrigatória daqueles que se dirigiam para Minas Gerais ou de lá regressavam.

Com a abertura da primeira ligação direta entre o Rio de Janeiro e Minas, no início do século XVIII, a região cresceu em importância, transformando-se no "caminho do ouro". Tropeiros faziam o transporte do minério e de outras mercadorias até os portos da região, sendo o mais importante o do Pilar.

Depois dessa fase, a região também conheceu o ciclo do café, tendo como um dos eixos principais a rota ferroviária de Petrópolis até o Porto da Estrela, onde seguia de barco, através da Baía de Guanabara, até o Rio de Janeiro.

A partir da segunda metade do século XIX, a introdução do transporte ferroviário transforma radicalmente o quadro da região. Construída a Estrada de

Ferro D. Pedro II, que ligava a capital do Império ao atual município de Queimados, a produção de café do Vale do Paraíba passou a ser transportada por essa via. Os rios deixaram, aos poucos, de serem usados e os portos perderam a importância. A região entrou em franca decadência.

Somente nas primeiras décadas do século XX, houve uma reversão em termos populacionais e econômicos, e em volta do arraial de Meriti, haveria de surgir, progressivamente, uma cidade que se transformaria, no século XX, em uma das principais cidades do Brasil.

No dia 31 de dezembro de 1943, através do Decreto-Lei 1.055, Caxias, antigo distrito de Iguaçu, é elevado à categoria de município, recebendo o nome de Duque de Caxias.

Uma vitória de um grupo político e da população que desejava novos rumos a uma cidade com imenso potencial de crescimento e que almejava abandonar as amarras do passado e acelerar no caminho do progresso e do desenvolvimento social.

Apesar de esquecida pelos políticos, a cidade de Duque de Caxias ganhou, ao longo das décadas, melhorias nas áreas de saneamento básico e infraestrutura urbana. A sua localização estratégica - perto das principais rodovias brasileiras -, atraiu várias empresas, gerando empregos e recursos para o tesouro municipal.

Com uma população ordeira, trabalhadora e hospitaleira, Duque de Caxias constituiu-se em um dos principais municípios brasileiros, sendo o segundo em repasse de recursos para o Estado.

A cidade é referência em várias áreas. No esporte, atletas municipais conquistaram as principais competições brasileiras, elevando o nome da Baixada Fluminense. Cenário de novelas e minisséries de TV, Xerém é um verdadeiro santuário verde, onde o homem e a natureza vivem harmonicamente. Na educação, o município paga uma das maiores remunerações do Estado ao educador, além de conseguir ampliar o número de vagas de 35 mil para 85 mil na rede pública.

A cidade vive um momento jamais visto em sua história. Saímos do período de estagnação para a valorização ampla dos direitos dos cidadãos.

A emancipação de Duque de Caxias é uma data que devemos comemorar para valorizarmos o que conseguimos e projetarmos o que desejamos para o nosso futuro.

Somos um município jovem e apenas começamos a escrever a nossa trajetória de sucesso. Temos grandes perspectivas de avanço e tenho certeza que muito ainda será feito em prol da população.

Conquistamos nossa emancipação em um dia muito especial: 31 de dezembro, período em que acontece a virada do ano e os desejos se renovam. A todos os cidadãos duquecaxienses, os nossos votos de um feliz ano novo e que o município continue no caminho do desenvolvimento ao completar 60 anos de autonomia administrativa.

Vereador Laury de Souza Villar

ÍNDICE

A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS (UMA TENTATIVA DE COMPREENSÃO) <i>Stélio José da Silva Lacerda</i>	9
A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS <i>Helenita Maria Beserra da Silva</i>	28
MEMÓRIAS DA EMANCIPAÇÃO E INTERVENÇÃO NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS NOS ANOS 40 E 50 <i>Marlúcia dos Santos Souza</i>	37
Seção TRANSCRIÇÃO <i>Alexandre dos Santos Marques / Rogério Torres / Tania Maria da Silva Amaro de Almeida</i>	54
Seção “MEMÓRIA VIVA” <i>Entrevista com Ruyter Poubel Antônio Augusto Braz / Odemir Capistrano Silva</i>	62
Seção ICONOGRAFIA	89
A Associação dos Amigos do Instituto Histórico	95



A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO
MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS
(UMA TENTATIVA DE COMPREENSÃO)

Stélio José da Silva Lacerda¹

1. A placa da Travessa Vitalina

Nos anos 60 do século passado, os que transitavam pela Travessa Vitalina indo em direção à cancela da linha do trem (que dava acesso à Av. Plínio Casado, nas proximidades da “Fortaleza” do deputado Tenório Cavalcanti), ou, em sentido inverso, à Av. Duque de Caxias, na esquina do Cinema Brasil deparavam-se com uma antiga placa designativa do logradouro, com os seguintes dizeres:

*“Travessa Vitalina - Caxias
8º distrito de Nova Iguaçu”*

Vinte anos após sua emancipação política, ocorrida em 31/12/1943, ainda se encontravam vestígios da Caxias dos tempos de 8º distrito (1931-1943), especialmente em ruas e praças vizinhas ao centro. Agarrando-se ao passado, a placa insistia em lembrar os vínculos com Nova Iguaçu, terra-mãe dos municípios da Baixada Fluminense.

Não se sabe ao certo quando a placa foi substituída, nem se a municipalidade guardou-a em local adequado. Preciosidade como aquela, teimosamente resistindo aos novos tempos, bem que merecia integrar o acervo

¹ Licenciado em Pedagogia pelo Instituto de Educação Governador Roberto Silveira e em História pela Sociedade Universitária Augusto Mota. Ex-Oficial de Gabinete do primeiro governo do Prefeito Moacyr Rodrigues do Carmo. Ex-Diretor do Departamento de Educação e Cultura/PMDC, do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira e da Escola Municipal Marechal Mallet. Ex-Secretário Municipal de Cultura/PMDC.

do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, pois símbolos dessa natureza ajudam a manter viva a memória coletiva. Naqueles idos, porém, preservar as coisas do passado não constava entre as prioridades do poder público. Só em 1973, por iniciativa de seu legislativo, a cidade despertaria para essa necessidade cultural, criando o Instituto Histórico, atualmente denominado "Vereador Thomé Siqueira Barreto".

2. A estação ferroviária "Merity" torna-se "Caxias"

Até a madrugada de 06/10/1930, a estação ferroviária do atual município de Duque de Caxias era denominada "Merity". Naquela ocasião, um grupo de moradores tomou a iniciativa de trocar o nome da localidade, retirando a placa "Merity" e, em seu lugar, colocando outra com o nome "Caxias". Na reportagem "Nasce uma cidade - memórias do homem que lhe mudou a denominação" - jornal "Tópico", edição especial de 25/8/1958, 2º caderno, pp. 3 e 8, de autoria do jornalista Waldair José da Costa, é entrevistado o antigo morador e líder popular José Luis Machado, o popular Machadinho. Em relação ao episódio da referida troca de nome, a reportagem esclarece:

"(...) Meriti gozava de má-fama, não só pela febre palustre, como pelas arruaças constantes provocadas pelos maus-elementos que vinham fugidos do Rio e aqui eram 'condignamente' tratados pelas autoridades meritienses. Existia um carro de aves na Estação servindo de 'cadeia', com uma tina de água salgada fora: depois da clássica surra, eram os marginais banhados na tina - e 'viveiro' com eles.

Pouco a pouco, entretanto, Meriti ia melhorando. Depois da água que Nilo Peçanha deu, e de algum saneamento, o povo já queria novas condições de vida - aqui já não era mais a 'Meriti do Pavor', como era conhecida. O sentimento de renovação chegou até à própria mudança do nome, já estigmatizado.

Quem realizou o feito de trocar a placa da Estação foi José Luis Machado, guardado por quatro

homens armados: Jaime Fischer Gamboa, Osvaldo Gamboa, Américo Soares e Francisco Azevedo (...). A placa continua apenas o nome 'CAXIAS', homenagem ao filho ilustre. Isto no dia 6 de outubro de 1930."

Em 3/10/1930, três dias antes da iniciativa de trocar a placa da estação, iniciara-se no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraíba e Pernambuco, um movimento insurrecional contra a República Velha, vitorioso três semanas depois (24/10/1930). Conhecido como a 'Revolução de 1930', esse movimento conduziu Getúlio Vargas ao poder, inaugurando a 'Era de Vargas' (1930-45) no Brasil republicano.

Considerando a proximidade com o Rio de Janeiro, é claro que as notícias da rebelião chegaram nas primeiras horas a Merity. Embora na reportagem de Waldair José da Costa não haja referência aos acontecimentos deflagrados no três de outubro e que rapidamente se alastraram pelo Brasil, aquele sentimento de renovação das velhas estruturas da República Velha estimulava idéias inovadoras. Assim, é lícito supor a influência exercida pela conjuntura nacional, encorajando o desejo de renovação em Merity, expresso simbolicamente na mudança nominal para "Caxias".

Politicamente próximos da Revolução de 1930, Manoel Reis e outras lideranças políticas iguaçuanas solicitaram ao interventor federal no Estado do Rio de Janeiro, Plínio Casado, a transformação de CAXIAS em 8º distrito de Nova Iguaçu. Por meio do Decreto Estadual n.º 2.559, de 14/3/1931, a proposta foi implementada. A partir desse ato normativo, a localidade recebeu oficialmente a nova designação. Em decorrência, a Estação de Merity tornava-se uma lembrança do passado - outros tempos tinham chegado.

3. Caxias, 8º distrito de Nova Iguaçu (1931-1943)

No início da década de trinta do século passado, Caxias abrigava população estimada em 30 mil habitantes. A ligação com o Rio de Janeiro fazia-se pelos trens da Leopoldina e, desde 1928, o distrito era cortado pela rodovia Rio-Petrópolis. Além dessas modernidades, usava-se ainda o transporte por vias fluviais, direcionado à baía de Guanabara.

A melhoria nos meios de circulação de cargas e passageiros estimulava a vida econômica local, favorecendo o desenvolvimento do comércio e a

instalação de unidades industriais de pequeno porte. Às antigas olarias, somavam-se fábricas de vidro, móveis, material de limpeza, metalurgias, torrefação de café, panificadoras... Ao lado desse incremento produtivo, o núcleo urbano expandia suas fronteiras - nos loteamentos surgiam bairros populares e favelas ocupavam áreas periféricas, absorvendo levas de migrantes do Nordeste e do interior fluminense, capixaba e mineiro, atraídas pela metrópole carioca.

A Caxias, subúrbio-dormitório do Rio de Janeiro, crescia em ritmo acelerado - no início dos anos 40, sua população atingia a casa dos 100 mil habitantes. O intenso movimento migratório contribuía à anárquica expansão urbana. Em decorrência, as carências eram gritantes e a população clamava por saneamento, educação, saúde, segurança..., enfim, pela presença do poder público. Era preciso dar um basta ao abandono - ruas sem calçamento, valas negras, falta d'água...

A administração municipal em Nova Iguaçu era distante, sendo precários os serviços públicos que prestava a Caxias. Sua presença no distrito, em fins dos anos 30, consistia basicamente de uma Agência Fiscal Arrecadadora. A cobrança de impostos sobrepunha-se à prestação de serviços públicos essenciais. Além dessa repartição municipal, o distrito contava, desde 1932, com uma subdelegacia de polícia, dotada de modesto destacamento. Considerando o crescimento populacional e sua dispersão pelo território, o efetivo policial era incapaz de proporcionar segurança aos moradores, abrindo espaço a práticas criminosas e à impunidade.

Com efeito, sob o ponto de vista da autoridade pública, cumpria aos cidadãos fiel observância de suas obrigações, sintetizadas no binômio obediência às leis e pagamento de impostos. Especialmente nos tempos do Estado Novo (1937-45), desencorajava-se a participação popular em reivindicações comunitárias, valorizando-se a submissão ao poder constituído. Quando fosse possível, os pleitos seriam atendidos - a paciência em esperar era virtude exaltada.

Fundação da União Popular Caxiense (UPC)

Ainda no período do "Governo Provisório" de Vargas (1930-34), lideranças do distrito mobilizaram-se para criar uma entidade associativa voltada ao interesse público. Assim, em 01/9/1933, um grupo de doze moradores fundou a União Popular Caxiense (UPC) - é provável que a conjuntura nacional tenha

estimulado a ação desses empreendedores. Em maio daquele ano (03/5/1933), foi eleita uma Assembléia Nacional Constituinte. Instalada em 15/11/1933, a constituinte concluiria seus trabalhos em julho do ano seguinte, e o Brasil ganharia uma nova Constituição em 16/7/1934.

Em setembro de 1933, portanto, os horizontes políticos do país oxigenavam-se. Os tempos do "Governo Provisório" estavam contados - um governo constitucional iria sucedê-lo. Nessa atmosfera favorável, nasce em Caxias a UPC, considerada uma pioneira do progresso. A respeito dela, o jornal Tópico (Edição especial de 25/8/1958, 2º caderno, p. 2) publicou:

"Oitavo distrito da Comarca de Iguacu, Caxias era um lugarejo onde o mato cobria a maior parte das ruas e o centro se compunha de poucas casas desafiando a insalubridade da região. Não (havia) qualquer espécie de calçamento quando a 1º de setembro de 1933 doze homens progressistas resolveram fundar uma sociedade que atendesse as necessidades do lugar cuja expansão começava. Sob a denominação de União Popular Caxiense (U.P.C.) começou a lutar pelo progresso de Caxias a nova sociedade, tendo entre os seus componentes os senhores Paulino B. Silva, tenente José Dias, Francisco José de Oliveira, Bernardino Gonçalves Vieira, João Nunes Cabral, Antônio José dos Santos, Ambrósio de Oliveira, Anibal Guedes, José Corrêa Borges, Adriano Augusto Salgueiro, Manoel Joaquim de Azevedo e Tito Lívio Pinto da Silva Pereira. (...)"

Entre os fundadores da UPC, predominavam os homens de propriedades e negócios. Essa elite abastada pôs-se à frente de reivindicações voltadas à melhoria dos serviços públicos, indispensáveis ao progresso do distrito. Enquanto a ação governamental não atendia às necessidades sociais, impunha-se organizar a nova associação e torná-la uma entidade de utilidade pública, de modo a proporcionar:

"(...) Escola gratuita para os filhos dos sócios, auxílio financeiro em caso de doença, funeral e mais

tarde, auxílio de natalidade constituía a primeira forma de amparo concedida pela União” (jornal “Tópico”, edição especial de 25/8/1958, 2º caderno, p. 2)

Exemplo ilustrativo da atuação da UPC é encontrado no folheto que comunicava aos sócios, ao público - e especialmente aos industriais - , a criação de uma escola (fiscalizada pela “Cruzada Nacional de Educação”) em sua sede - Av. Plínio Casado, 53, sobrado. As matrículas para alunos de ambos os sexos achavam-se abertas. Inteiramente gratuitas, as aulas ocorreriam das 17h30min às 19h30min - horário apropriado aos operários -, com ensinamentos de higiene, moral, trabalhos manuais, costuras, arte culinária, economia doméstica...

Um dos fundadores da UPC, Paulino Batista da Silva trabalhou no Rio de Janeiro por aproximadamente 40 anos, nas oficinas de “O Jornal”. Em 1934, foi diretor-gerente do jornal “Voz do Povo de Caxias” - atuando ao lado de Francisco José Oliveira (diretor) e Daniel Alves (diretor-secretário)- , mantido em circulação por oito meses. A respeito de sua militância na entidade, há o seguinte registro na edição especial de “Tópico”:

“(...) A UPC foi fundada em casa de Paulino Batista da Silva, à Rua Capitão Damasceno (hoje, Alberto Torres), tendo à frente Paulino, Adriano Salgueiro, Manoel Vieira, José de Oliveira, Manoel Pereira Gomes e mais pessoas, ao todo doze fundadores. Foi a única sociedade que frutificou. Para isso acontecer, Paulino teve que fundar um jornal, 'A Voz do Povo de Caxias', cuja duração não foi além de oito meses, mas conseguiu influir na consciência do povo em socorro a pobreza (sic).

Tanto é que a UPC prestou relevantes serviços ao Município, no seu desenvolvimento, e, aos pobres, fornecia remédios, médicos, dentistas, internação para doentes; e em caso de morte, custeava os funerais. (...)”

No editorial de a “Voz do Povo de Caxias” - edição de 16/9/1934, n.º 11, primeira página são reivindicadas melhorias para o distrito. O texto menciona

problemas que afligiam os caxienses, principalmente a falta d'água. Além disso, a matéria reconhece melhorias realizadas pela prefeitura de Nova Iguaçu na Rua Alberto Torres (ex-Capitão Damasceno), onde morava Paulino Batista da Silva (na citação, respeitou-se a grafia da época):

“OASSUMPTO

Em materia de jornal - e jamais em jornaes das proporções do nosso (VOZ DO POVO DE CAXIAS) - é motivo de sérias cogitações.

O assumpto é tudo.

Se tivessesmos preocupações politicas, isso nos seria muito facil. Era só atacar nossos antagonistas, apontando-lhes defeitos reaes ou hypoteticos para nos julgarmos desobrigados de nossa missão.

Mas, felizmente, dentro das finalidades a que nos propuzemos o assumpto a tratar é sempre algo difficil, posto serem mui complexas, sempre, as necessidades do povo.

Dentro destas, a precipua, aquella que não pode ser preterida por qualquer outra, é sem duvida a necessidade da agua potavel em Caxias.

Este o assumpto indefectivel; delle temos tratado. Delle continuaremos a tratar.

Tambem de outras necessidades nos temos occupado, bem como o nivelamento e conservação das ruas, emplacamento etc.

E a verdade deve ser dita. Não temos pregado no deserto, pois a Prefeitura não se tem mostrado indifferente a nossos appellos, como bem se verifica, além de outros, como a ex-rua Capitão Damasceno, hoje Alberto Torres, cuja rememoração muito nos honra, por se tratar de um dos mais illustres filhos do Estado do Rio que foi muito melhorada.

Seja o assumpto de hoje para todos os caxienses a repetição de todas as boccas aos ouvidos das autoridades em uma elevação de clamor e

supplica! AGUA!" (In "Esboço Histórico-Geográfico do Município de Duque de Caxias", de Dalva Lazaroni de Moraes, p.149-A, Fig. 2.27 - reprodução da folha de rosto do jornal Voz do Povo de Caxias, edição de 16/9/1934."

Associação Comercial de Caxias

Importantes entidades associativas de Duque de Caxias surgiram a partir da UPC, tais como a Associação Comercial de Caxias, o Clube Recreativo Caxiense e a Agremiação Esportiva Aliança. Entre os fundadores da Associação Comercial de Caxias, criada em 23/9/1937, estavam destacados integrantes da UPC: Anibal Guedes, Bernardino Gonçalves Vieira, Antônio da Costa Cabral, João Evangelista Leite e Mário Pina Cabral.

Em 10/11/1937, foi dado o golpe do "Estado Novo" e outorgada a Constituição de 1937, conhecida como "Polaca" (inspirada na Constituição da Polônia, então vivendo em regime ditatorial). A ditadura de Getúlio Vargas instalava-se no país, com a dissolução das casas legislativas e a supressão das liberdades públicas. Nesse contexto, assume a interventoria federal no Estado do Rio de Janeiro o genro do ditador, o comandante Ernani do Amaral Peixoto - cuja interventoria estendeu-se até 1945. Nuvens cinzentas toldavam os céus do Brasil.

Em 29/12/1937, pouco mais de um mês após o golpe getulista, a Associação Comercial de Caxias elegeu sua primeira diretoria. Para presidi-la no biênio 1938-39, foi eleito Antônio Moreira de Carvalho, sendo a diretoria integrada por Joaquim Lopes de Macedo, Eduardo Cassar, Antônio Fernandes Cruz, Manoel Pereira Gomes, Henrique Rodrigues Costa, Albano Teixeira de Aguiar, Bernardino Gonçalves de Oliveira e Jorge Galdino de Araújo. Em seus primeiros anos, a entidade funcionou provisoriamente na sede da UPC e, a contar de 30/4/1943, em sua sede própria - Av. Rio-Petrópolis, n.º 2007.

A diretoria da Associação Comercial de Caxias promoveu, em 25/9/1938, em sua sede provisória, festiva inauguração do retrato de Getúlio Vargas. Além de autoridades e convidados, a solenidade contou com a presença de representante do interventor Amaral Peixoto. Os homens de patrimônio e negócios radicados no distrito ajustavam-se aos novos tempos, assim se mantendo até a redemocratização do país, em 1945.

No início dos anos 40, a UPC e a Associação Comercial de Caxias eram a linha de frente de um grupo de empreendedores, cujos negócios prosperavam com o desenvolvimento do distrito, não obstante a quase ausência de investimentos estatais.

A Fábrica Nacional de Motores (FNM) - tecnologia de ponta em Xerém

Enquanto suas lideranças se organizavam em entidades associativas, a vocação industrial do distrito ganhava impulso com a Fábrica Nacional de Motores (FNM), instalada no início dos anos 40, em Xerém. Originalmente concebida para produzir motores de avião, representou a chegada em Caxias de investimentos em tecnologia de ponta, em moldes semelhantes aos aplicados na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda. Aquele rincão da periferia caxiense seria transformado em referência tecnológica, em contraste acentuado com a ausência do poder público na região, em termos de serviços essenciais.

Em 1943, estavam evidenciadas as condições mínimas à emancipação do distrito, com vida econômica e contingente populacional compatíveis à autonomia político-administrativa. A Baixada Fluminense estava próxima de sua primeira partilha territorial - avizinhou-se a maioria do 8º distrito de Nova Iguaçu.

4. Caminhos e controvérsias da emancipação política

O memorial emancipacionista

As lideranças locais não ignoravam a importância da emancipação do distrito. Diversas seriam as vantagens da autonomia: estabelecimento de um governo a ser exercido por gente da terra; a receita tributária municipal seria integralmente ali aplicada; o novo município se habilitaria a receber recursos orçamentários federais e estaduais; possibilidade de contar com representação política local; enfim, os munícipes tomariam o futuro em suas próprias mãos.

Não se pode desconsiderar, porém, o quadro político brasileiro no início da década de 1940, quando o Estado Novo vivia seu apogeu. O autoritarismo disseminava-se país afora e Caxias - um subúrbio-dormitório da metrópole carioca - não estava imune às trevas. Com o legislativo fechado e interventoria em governos estaduais e municipais, a ditadura controlava - combinando cooptação e repressão - posturas críticas e movimentos reivindicatórios. Essa

conjuntura sufocante agravou-se com a declaração de guerra à Alemanha e Itália (22/8/1942). Em tempos de beligerância, as normas de segurança exerciam seu império.

Em 1940, o progresso alcançado pelo distrito era inegável. Para desenvolver suas atividades produtivas - comércio, fábricas, transporte...- , era preciso dotá-lo de melhor infra-estrutura, em termos de serviços públicos. Um governo próprio, emancipado de Nova Iguaçu, seria um início de caminhada à implementação das mudanças necessárias. Apoiadas nessa aspiração, lideranças do distrito - de forma moderada e, nas circunstâncias da época, sem mobilização popular - encaminharam um memorial ao interventor federal no Estado do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto, solicitando considerar (nos estudos em andamento quanto à reforma territorial do Estado) a divisão do município de Nova Iguaçu. No documento não chegam, explicitamente, a propor a emancipação de Caxias, mas alegam que Nova Iguaçu era constituído de distritos aptos à autonomia, em razão de seu "*valor e progresso*". Vale lembrar que, entre os signatários do memorial, encontravam-se lideranças de Vila Merity (atual São João de Meriti), igualmente interessadas em sua própria emancipação política.

Helenita Maria Beserra da Silva, em sua monografia "Emancipação Política do Município de Duque de Caxias" (Requisito à conclusão do Curso de História, UERJ/1995), reproduziu parcialmente o referido memorial. Em seu substancial estudo, chama atenção para o quanto a "Comissão Pró-Emancipação se encontrava bem informada sobre a reforma territorial" e transcreve, entre outros, os seguintes trechos do documento:

"Ao termos conhecimento do acto de V. Exa., criando uma comissão destinada a estudar e propor uma nova divisão municipal do Estado, entendemos de nosso dever, habitantes do Município de Nova Iguaçu, vir ao encontro de tão oportuno quão patriótico empreendimento" (In "Emancipação Política do Município de Duque de Caxias", Helenita Maria Beserra da Silva, p. 11)

"Divida-se o Município. SIM. Porque é obra de alta Sociologia, de alta política administrativa, de

perfeita compreensão das possibilidades econômicas e financeiras da terra que governa, porque é DAR A CADA UM SEGUNDO AQUILO QUE PRODUZ E MERECE" (Idem, p. 13)

Com propriedade, Helenita esclarece uma importante questão - o memorial não propôs a criação de um município com sede em Caxias, então 8º distrito. Na verdade, o documento *"propõe que o município venha a denominar-se Meriti"* (Idem, p. 12). Lembra, ainda, que a Comissão Pró-Emancipação:

"(...) ao sugerir o nome para o município, também estivesse propondo que a sede do novo município fosse o Distrito de Meriti, pois o art. 3º do Decreto-Lei 311/1938 previa que a sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome" (Idem, p. 12).

Considerando tais esclarecimentos, entende-se a razão de o memorial ser assim datado: *"Vila Merity, a 25 de julho de 1940"* - assinado por Sylvio Goulart, Rufino Gomes Júnior, Amadeu Lanzeloti, Joaquim Linhares, José Basílio da Silva, Antônio Moreira de Carvalho, Luiz Antônio Felix, Mário Pina Cabral, Ramiro Gonçalves, Costa Maia e Abílio Teixeira". A própria datação do memorial evidencia a opção dos requerentes por Vila Merity como sede do município a ser criado. Este fato, contudo, não excluiria a concessão de emancipação política a outros distritos de Nova Iguaçu - certamente Caxias seria um deles, dependendo das dimensões da referida "reforma territorial".

Entre os signatários do documento, Sylvio Goulart foi um pioneiro do jornalismo na Baixada Fluminense, ligado às comunidades de Caxias e Vila Merity - fundador dos jornais "Correio de Iguassu" (anos 30) e "Jornal do Povo" (em 47). No campo educacional, Costa Maia foi o fundador do Colégio Duque de Caxias, em 1943 (o estabelecimento seria adquirido, em 1945, pelo Dr. Ely Combat). Atuando no mundo dos negócios, dois deles foram dirigentes da Associação Comercial de Caxias nos anos que antecederam a emancipação: Antônio Moreira de Carvalho - um de seus fundadores e presidente de sua primeira diretoria (1938/39); e Mário Pina Cabral - 1º secretário (1939/41) e presidente (1941-43).

Em estudo sobre a emancipação de São João de Meriti, Gênesis Torres esclarece que lideranças expressivas de Vila Merity participaram da luta emancipacionista de Caxias. Entre elas, figuram nomes de assinantes do referido memorial:

"(...) Convém ainda citar os senhores Sílvio Goulart (jornalista); Abílio Teixeira de Aguiar (jornalista), Rufino Gomes Júnior (advogado e jornalista), Amadeu Lanzelotti, Dr. José Basílio da Silva, Antônio Telles, e outros tantos que, já haviam participado do movimento de emancipação de Duque de Caxias e por razões de interesses os mais diversos também atuaram no processo de fermentação dos ideais emancipatórios de Meriti. Alguns até acusados de incitarem a população de não pagarem impostos a Duque de Caxias, o que lhes custaram um processo no Tribunal de Segurança, no entanto foram absolvidos" (In revista "Memória", Centro de Memória Histórica de São João de Meriti, n° 3, edição trimestral, 1998, p. 3)

Verifica-se, assim, que o memorial de 1940 irmanou Caxias e Vila Merity no ideal da autonomia política. Líderes das duas comunidades assumiram a defesa da divisão territorial de Nova Iguaçu. Vocacionados à vida pública, entre eles encontram-se figuras marcantes do comércio, advocacia, jornalismo, magistério, serviço público, enfim, de diferentes procedências sociais. Não há evidências, todavia, de mobilização popular à causa emancipacionista, impraticável naqueles tempos.

Considerado uma impertinência, o memorial foi rechaçado pela interventoria federal. Como era de praxe, o documento foi encaminhado ao DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) para apuração de responsabilidades. Em decorrência, os envolvidos passaram por constrangimentos, inclusive com prisões temporárias de alguns e o fechamento do jornal de Sílvio Goulart.

Em sua monografia, Helenita comenta os esforços do advogado e jornalista Rufino Gomes Júnior para assistir juridicamente seus companheiros signatários do memorial:

“(...) O que viria contornar a situação e levar a bom termo o destino das pessoas detidas foi a sapiência do Dr. Rufino Gomes Jr. que, por intermédio do Juiz Luiz Miguel Pinaud, consegue a libertação dos presos (in “Emancipação Política do Município de Duque de Caxias”, Helenita Maria Beserra da Silva, p. 13)

O Amaralismo e Tenório Cavalcanti

Ao longo do Estado Novo (1937-45), o comandante Ernani do Amaral Peixoto foi interventor federal no Estado do Rio. Em julho de 1939, casou-se com Alzira Vargas, filha de Getúlio e D. Darcy Vargas, passando a contar com o respaldo do chefe do governo. Desde 1933, gravitava em torno do presidente, tendo sido seu ajudante-de-ordens.

Segundo depoimento de Alzira Vargas, em 1937 seu marido manifestava interesse pela vida pública. Antes de ser interventor, cogitou conquistar mandato de deputado e chegou a ser lembrado para assumir, por alguns meses, a prefeitura do Distrito Federal, na sucessão do Pe. Olímpio de Mello (que acabou sendo substituído por Henrique de Toledo Dodsworth):

“O cap.-Ten Ernani do Amaral Peixoto, ajudante-de-ordens da Presidência, com o objetivo de ajudar seu irmão Augusto a conquistar a Senatoria, metera-se de corpo e alma na política do Distrito (Distrito Federal). Em pouco verificou que também nascera para político, resolveu candidatar-se a deputado e começou a aparecer no cenário. Um dos nomes lembrados para a sucessão do Pe. Olímpio foi o dele. Neófito, nada teria a perder, ganharia até, lhe disseram: tornar-se-ia mais conhecido e se elegeria em outra oportunidade. (...) (In “Getúlio Vargas, meu pai”, de Alzira Vargas do Amaral Peixoto Editora Globo, 1960, p. 200).”

Descartada a prefeitura do Distrito Federal, Ernani do Amaral Peixoto, em fins de 1937, foi nomeado interventor no Estado do Rio de Janeiro, substituindo

o governador Protógenes Guimarães. No exercício da interventoria, dedicou-se a construir um império político no estado. Uma das resultantes desse esforço foi a organização, em abril de 1945, do Partido Social-Democrata (PSD) em terras fluminenses. Em sua ação política, montou uma rede de apoios em comunidades interioranas, distribuindo chefias e cargos públicos. Assim, o delegado de polícia, a diretora da escola pública, o chefe da coletoria estadual, o titular do Cartório de Registro Civil (nascimento, casamento e óbito) e outras tantas funções de mando, eram reservadas a fiéis seguidores.

No início dos anos 40, Tenório Cavalcanti era uma liderança política ascendente no próspero distrito de Caxias. Iniciou sua caminhada em 1936, quando se elegeu vereador à Câmara Municipal de Nova Iguaçu, principalmente com votos de caxienses. Apesar da perda do mandato em 1937 - em virtude do fechamento das casas legislativas - , sua liderança afirmava-se no distrito. Para fortalecer-se, aproximou-se da Associação Comercial de Caxias, buscando apoio na elite abastada. Em 1947, seria eleito deputado estadual e, em 1950, deputado federal - mandato renovado nas eleições de 1954, 1958 e 1962. Em 1964, seu mandato de deputado federal foi cassado e suspensos seus direitos políticos por dez anos. Além dessa trajetória legislativa, concorreu ao governo do Estado da Guanabara (1960) e ao do Estado do Rio de Janeiro (1962) sendo derrotado, mas obtendo expressivas votações.

Considerado político demagogo e com fama de pistoleiro, Tenório não conseguiu inserir-se na teia política do amaralismo. Em virtude desse distanciamento, era impraticável sua intermediação em favor da causa emancipacionista. Ao contrário, nos anos do Estado Novo, viveu às turras com o coronel Agenor Barcelos Feio, chefe de polícia do Estado do Rio de Janeiro. Esse enfrentamento teve seu ápice na segunda gestão de Amaral Peixoto no Estado do Rio (1951-55), com o assassinato do delegado de polícia Albino Imparato (28/5/1953), em Duque de Caxias - autoria atribuída ao homem da capa preta e da metralhadora "Lurdinha", o deputado federal Tenório Cavalcanti.

5. A criação do município de Duque de Caxias: Decreto-Lei Estadual n.º 1055, de 31/12/1943

O Decreto-Lei Estadual n.º 1.055, de 31/12/1943, assinado pelo interventor federal no Estado do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto, foi a carta de alforria de Caxias, até então 8º distrito de Nova Iguaçu. A partir dele, estava

criado o município de Duque de Caxias. Para baixá-lo, o interventor, previamente autorizado pelo Presidente da República, fundamentou-se no Art. 6º, n.º V, do Decreto-Lei Federal n.º 1.202, de 8/4/1939 (que previa, entre outros assuntos, a criação de municípios).

Desde o início dos anos 40, eram realizados estudos voltados à reforma territorial do Estado do Rio de Janeiro. Naqueles idos, a divisão territorial dos estados - incluindo a criação, extinção, transferência, desmembramento e anexação de municípios e distritos - amparava-se em legislação federal, nos chamados "decretos-leis". Com o fechamento do Congresso Nacional, o chefe do poder Executivo expedia decretos com força de lei, isto é, legislava - estabelecendo regras impositivas. Idêntico "poder legislativo" era atribuído aos interventores federais nomeados pelo Estado Novo.

O Art. 1º do Decreto-Lei Estadual n.º 1.055, de 31/12/1943, cria o município de Duque de Caxias:

"Fica criado o município de Duque de Caxias, constituído pelos territórios dos distritos de Duque de Caxias (ex-Caxias), Meriti, Imbariê (ex-Estrela) e parte de Belford Roxo, todos desanexados do município de Nova Iguassú.

Parágrafo Único - A sede do novo município fica sendo Duque de Caxias, anteriormente vila de Caxias, elevada à categoria de cidade."

São fixados no Artigo 2º os limites de Duque de Caxias com os municípios de Nova Iguassú (grafia da época), Vassouras, Petrópolis, Magé e Distrito Federal. No parágrafo único do referido artigo constam os limites interdistritais: entre Duque de Caxias e Meriti, e entre Duque de Caxias e Imbariê.

O Art. 3º especifica os distritos do novo município: 1º distrito, Duque de Caxias (ex-Caxias); 2º distrito, Meriti; e 3º distrito, Imbariê (ex-Estrela). Em seu parágrafo único preceitua:

"A parte do território do distrito de Belford Roxo que foi desmembrada, fica incorporada ao distrito de Imbariê (ex-Estrela)."

Nos demais artigos, estabelece normas relativas a outras divisões territoriais fluminenses. No Art. 4º, redefine a composição distrital de Nova Iguaçu; nos Artigos 5º, 6º e 7º, cria o município de Cordeiro (desmembrado de Cantagalo), fixa seus limites e relaciona seus distritos; no Art. 8º, estatui a nova constituição distrital de Cantagalo; no Art. 9º, cria distritos nos municípios de Itaverá (ex-Rio Claro), Piraí, Sapucaia e Vassouras; no Art. 10, transfere distritos entre diversos municípios; no Art. 11, extingue distritos dos municípios de Itaverá, Nova Iguaçu, Trajano de Moraes e Três Rios; no Art. 12, determina que a instalação das novas circunscrições (municípios e distritos), criadas ou alteradas pelo decreto-lei, "far-se-á em 1º de janeiro de 1944, obedecendo ao ritual estabelecido pelo Decreto-Lei Federal n.º 311, de 2 de março de 1938"; e no art. 13 (o último), diz que entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Datado de "Palácio do Governo, em Niterói, 31 de dezembro de 1943", e assinado pelo interventor federal Ernani do Amaral Peixoto, com o referendo dos secretários de estado Demerval Moraes, Agenor Barcelos Feio, Ruy Buarque de Nazareth, Rubens de Campos Farrula, Hélio de Macedo Soares e Silva e Valfredo Martins.

Na verdade, o Decreto-Lei Estadual n.º 1.055/43 procedeu à reforma do quadro territorial do Estado do Rio de Janeiro. Ao fazê-lo, cumpria o disposto no Decreto-Lei Federal n.º 5.901, de 21/10/1943, que previa revisão quinquenal do território estadual. Essa disposição de realizar revisão na mencionada periodicidade está contida no Parágrafo Único do Art. 9º do Decreto-Lei Estadual n.º 1.055/43:

"As linhas divisórias dos distritos criados por este Artigo constarão do Anexo n.º 2, do Decreto-Lei que aprovar o quadro territorial para o quinquênio de 1944-1948."

Naquela mesma data (31/12/1943), a interventoria federal - por meio do Decreto-Lei Estadual n.º 1.056, de 31/12/1943 - aprovou o novo quadro territorial do Estado do Rio de Janeiro.

6. Em busca de conclusões

Em termos formais, a reforma do quadro territorial do Estado do Rio de Janeiro decorreu do cumprimento da legislação do Estado Novo. Tal evidência,

porém, não esgota os questionamentos relativos ao Decreto-Lei Estadual n.º 1.055/43 - especialmente quanto a aspectos da conjuntura caxiense da época e à ação política da interventoria federal no Estado do Rio de Janeiro.

O memorial de 1940 - que defendia a divisão territorial de Nova Iguaçu - foi uma centelha reivindicante emanada de segmentos das elites de Caxias e Vila Meriti. Atribuir-lhe a condição de determinante da emancipação de Duque de Caxias - ocorrida mais de três anos depois - é de difícil sustentação. Isso, no entanto, não reduz o mérito daqueles precursores da autonomia municipal. De igual modo, não cabe creditar o ato emancipatório à intermediação de lideranças políticas de Caxias e a mobilizações populares. Tenório Cavalcanti, liderança emergente no início dos anos 40, era rechaçado pelo amaralismo enfrentamento que avançou anos afora. Por sua vez, o primeiro prefeito eleito de Duque de Caxias (eleições de 1947), Gastão Glicério de Gouvêa Reis, não desfrutava - em 1943 - de lastro político para empreitada daquele porte. Naqueles idos, é aplicável a mesma limitação aos demais atores do cenário político local.

Não se pode ignorar, todavia, a expressividade demográfica e econômica da Caxias de 1943. Com aproximadamente 100 mil habitantes e crescente aumento de sua capacidade produtiva - principalmente no comércio e no nascente parque fabril - , a vitalidade do distrito exigia tratamento diferenciado. A vocação progressista acentuara-se com a instalação da Fábrica Nacional de Motores em Xerém, no início dos anos 40. Introduzia-se ali, no bucolismo daquelas terras, avançada tecnologia - futura fábrica de motores de avião. Além disso, com a rodovia Rio-Petrópolis e a Estrada de Ferro Leopoldina, assegurava-se facilidade de transporte de cargas e passageiros - infra-estrutura indispensável ao desenvolvimento. Por certo, os quadros demográfico e econômico autorizavam inserir o distrito entre as localidades habilitadas à autonomia política.

Em 1943, Ernani do Amaral Peixoto - então com 38 anos de idade - governava o Estado do Rio de Janeiro há seis anos. Edificava um potentado político, despertando a crítica dos adversários: o Estado do Rio era o "quintal do amaralismo". Suas expectativas, pode-se inferir, projetavam-se além dos horizontes do Estado Novo. A próspera Caxias, com sua população chegando aos 100 mil habitantes e sem caciques definidos, era espaço aberto a incursões políticas. A elite abastada reunida na Associação Comercial de Caxias

preunciara a receptividade ao inaugurar, cinco anos antes (em 1938), o retrato de Vargas em sua sede provisória, nas dependências da União Popular Caxiense.

Sem dúvida, a emancipação impulsionaria o desenvolvimento de Caxias. Assim, interessava ao interventor associar seu nome à concessão da autonomia. Em tempos futuros, essa vinculação poderia proporcionar ganhos eleitorais. Nos anos seguintes, as sementes plantadas na interventoria contribuíram à longevidade política de Ernani do Amaral Peixoto: deputado federal, participando da Constituinte de 1946; governador eleito do Estado do Rio de Janeiro (1950); presidente nacional do PSD (1952-65); embaixador do Brasil nos Estados Unidos (1956-59), ministro da Viação (1959); deputado federal (1963-71); e senador em 1971 e 1978.

O novo município nasceria sob o abrigo da interventoria, responsável pela designação de seus primeiros administradores - os prefeitos nomeados. No plano político, seria estimulado ambiente favorável à afirmação da liderança do mandarim estadual. É improvável que a emancipação tenha sido tratada, apenas, com olhar burocrático - amadorismo dessa natureza não era cultivado.

Possivelmente, o 31/12/1943 nasceu da convergência dos seguintes fatores: a necessidade de reordenar territorialmente o estado, por força de legislação federal; o crescimento econômico e demográfico de Caxias, exigindo maior presença do poder público e propiciando aumento da arrecadação de tributos; e a oportunidade de fortalecer o amaralismo no município emancipado.

Sessenta anos após a emancipação política do município de Duque de Caxias, ainda persistem indagações, exigindo estudos aprofundados para remover dúvidas e preencher lacunas quanto à essência daquele marco histórico. É preciso reconhecer, entretanto, que - além de trabalhos de pesquisadores não pertencentes a órgãos públicos ou entidades privadas - a atuação de instituições culturais da Baixada vem trazendo avanços significativos à preservação da memória coletiva. Entre essas instituições, destacam-se o IPAHB (Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense), em São João de Meriti; o Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Feuduc e o Instituto Histórico "Vereador Thomé Siqueira Barreto"/CMD C (com o apoio da Associação dos Amigos do Instituto Histórico), em Duque de Caxias. A caminhada é longa, mas a caravana está em movimento.

BIBLIOGRAFIA

COSTA, Waldair José da. *In jornal "Tópico", Duque de Caxias, edição especial 25/8/1958.*

LACERDA, Stélio José da Silva. *Uma passagem pela Caxias dos anos 60.* Mesquita: Gráfica Shaovan, 2001

_____. *Caxias de ontem, um pouco de memória.* Rio de Janeiro: Fábrica de Livros, Senai/Xerox/Funguten, 2003.

_____. *A emancipação política do município de Duque de Caxias.* Monografia de graduação em História, SUAM/1982.

LEITE, Francisco Barboza & TORRES, Rogério. *Duque de Caxias, foto poética.* Duque de Caxias: Serviços de Gráfica e Editora da AFE, 1980.

LUSTOSA, José. *Cidade de Duque de Caxias: desenvolvimento histórico do município- dados gerais..* Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1958.

MORAES, Dalva Lazaroni. *Esboço Histórico e Geográfico do Município de Duque de Caxias.* Duque de Caxias: Arsgráfica, 1978.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai.* Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Globo, 1960.

SILVA, Helenita Maria Beserra da. *Emancipação política do município de Duque de Caxias.* Monografia de História apresentada na UERJ como requisito à conclusão do curso. Rio de Janeiro, 1995.

TORRES, Gênesis. *In revista Memória, Centro de Memória Histórica de São João de Meriti, n.º 3, 1998.*



A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS

Helenita Maria Beserra da Silva¹

Ao eleger a Emancipação de Duque de Caxias como tema da pesquisa, foi levado em consideração o fato de que a historiografia brasileira apresenta uma grande lacuna no que diz respeito à Baixada Fluminense. Lacuna que deverá ser preenchida por aqueles que sentem necessidade de buscar as origens de suas regiões, numa tentativa de resgatar a cultura e os valores de sua própria origem.

O objetivo central da pesquisa é analisar o processo que culminou com a emancipação do oitavo distrito de Nova Iguaçu, discutindo também a participação, ou não, da população que veio a se tornar duquecaxiense a partir do processo de emancipação.

No decorrer do trabalho, pegaremos emprestado do pensador, político prático e intelectual Antonio Gramsci, seus conceitos de intelectual orgânico e hegemonia. No que se refere à hegemonia, mostraremos apenas como os intelectuais orgânicos locais vão tentar construí-la.

Abrindo mão de uma análise conjuntural (nacional e mundial) nos debruçamos sobre uma documentação específica, citada na bibliografia, e observamos que, apesar das preocupações com as zonas de fronteiras serem anteriores a 1934, a Constituição desse ano prevê que o quadro territorial brasileiro deveria ser plenamente definido. Na Constituição de 1937, início do Estado Novo, encontramos artigos que demonstram uma grande preocupação no sentido de forjar, criar uma uniformização no interior do país, que pode ser entendida como um confronto direto com o "excesso de regionalismo" vigente.

¹ Bacharel em História, com licenciatura plena, formada pela UERJ. Pós-graduada em História do Brasil pela UFF. Professora da rede estadual.

Considerando que o Estado Novo não foi adepto de princípios constitucionais, analisaremos agora os Decretos-Leis promulgados no Governo Vargas que antecederam o Decreto 1.055:

O Decreto-Lei 311, de 02-03-38, prevê a divisão do quadro territorial através da legislação geral quinquenal, estabelecendo limites interdistritais ou intermunicipais bem definidos, proibindo também a repetição de nomes de vilas e cidades dentro do mesmo estado.

O Decreto 846, de 09-11-38, institui o Dia do Município e regula a celebração em âmbito nacional.

O Decreto-Lei 1.202 proíbe a utilização de símbolos locais e impõe a utilização dos símbolos representativos do Brasil; proíbe a negociação de terras e imóveis da União, por estados e municípios, sem autorização do Presidente da Republica; proíbe, ainda, a distinção ou discriminação, por parte de governadores, interventores ou prefeitos, de indivíduos que não sejam naturais de seu território.

O Decreto-Lei 3.599, de 06-09-41, busca alterar a denominação das estações ferroviárias, cabendo a decisão final ao Conselho Nacional Geográfico. Além disso, prevê a revisão do quadro territorial para 1943.

O Decreto-Lei 5.901, de 21-10-43, prevê que as leis quinquenais de revisão do quadro territorial devem ser definidas até 30 de novembro dos anos de milésimos 3 e 8; normatiza a eliminação de nomes iguais para cidades e vilas; estabelece datas precisas a serem cumpridas para assegurar as revisões territoriais; define que as alterações das estações ferroviárias ocorreriam em 1944, em função da revisão territorial.

A leitura dos decretos acima citados nos permite eliminar a hipótese de que Getúlio Vargas teria emancipado Duque de Caxias e alguns outros municípios por antever o declínio do seu governo, buscando assim cooptar a simpatia popular para com ele e com o seu representante local, comandante Ernani do Amaral Peixoto, para um possível processo eleitoral posterior ao seu declínio, uma vez que um dos primeiros sinais de declínio da ditadura Vargas se deu em 1943, com o manifesto político denominado Manifesto dos Mineiros.

Não descartamos a hipótese da busca do apoio popular, que é meta de qualquer governo. Mas acreditamos que a emancipação do município se deu numa tentativa política de organizar o quadro territorial do país.

O Decreto-Lei 1.055, de 31-12-43, que muda o topônimo do oitavo distrito de Nova Iguaçu para Duque de Caxias e o eleva à categoria de município, não

trata especificamente dessa emancipação. Ele trata de uma reforma no território do Estado do Rio de Janeiro que emancipa dois municípios (Duque de Caxias e Cordeiro); acresce o território de Cantagalo; cria novos distritos nos municípios de Itaverá, Piraí, Sapucaia e Vassouras; transfere distritos de São Gonçalo para Niterói, de Itaocara para Cambuci, de Marquês de Valença para Barra do Piraí e parte de Afonso Arinos para Três Rios; extingue os distritos de Arraial do Príncipe em Itaverá, de Bonfim em Nova Iguaçu, de Monte Café em Trajano de Morais e de Monte Serra em Três Rios.

Esse decreto se faz acompanhar do Decreto-Lei 1.056, de 31-12-43, que veio fixar a nova divisão administrativa e judiciária do Estado do Rio de Janeiro para o quinquênio seguinte, com uma descrição sistemática dos limites circunscricionais, dos perímetros municipais e distritais e os pormenores da cerimônia de instalação dos novos municípios, assim como os detalhes para que o ritual de comemoração do "Dia do Município" se realizasse.

O simbolismo das celebrações parece incentivar, na população, de maneira geral, um sentimento de nacionalidade. Desta forma, no apego ao microorganismo (o município), estaria implícito o sentimento de nacionalidade.

Colhendo informações fornecidas pelos historiadores Ruy Afrânio e Dalva Lazoni, montamos um painel do processo emancipatório.

Fruto da UPC (União Popular Caxiense), em 1934 surgiu o jornal "A Voz do Povo de Caxias", de Francisco José Oliveira. Com ele, o início da propagação do ideário separatista. Três anos depois, foi fundada a Associação Comercial de Duque de Caxias, por Antonio Moreira de Carvalho e Manuel Pereira Gomes. Apesar das nossas expectativas, não encontramos nas atas da associação nenhuma referência que nos permitisse estabelecer uma ligação direta entre a entidade e o movimento separatista em andamento. No entanto, localizamos o nome de Antonio Moreira de Carvalho, que, além de fundador, também foi presidente da entidade, entre os assinantes do documento endereçado ao comandante Ernani do Amaral Peixoto, que propõe a divisão do território que constituía o município de Nova Iguaçu.

Deixemos que o documento demonstre o quanto a Comissão Pró-Emancipação se encontrava bem informada sobre a reforma territorial:

Ao termos conhecimento do acto que V. Exa. , criando uma comissão destinada a estudar e propor uma nova divisão municipal do Estado, entendemos ser de nosso dever,

*habitantes do Município de Nova Iguassú, vir ao encontro de tão oportuno quão patriótico empreendimento.*²

A comissão, mais à frente, aponta e justifica o descontentamento em relação à topografia do município onde os distritos “por valor e progresso valem por verdadeiros municípios”, levando Nova Iguassú a ser vista como “madrasta que de todos recebendo, a alguns tudo dando, a outros menos que merecem e aos últimos nada fornecendo, ou melhor, o que é pior, tudo lhes negando”.³

No mesmo documento, propõe-se que o novo município venha a denominar-se Meriti. Levando em conta o fato da comissão encontrar-se bem informada sobre a reforma territorial, presumimos que, ao sugerir o nome para o município, também estivesse propondo que a sede do novo município fosse o Distrito de Meriti, pois o art. 3 do Decreto-Lei 31/38 previa que a sede do município tivesse a categoria de cidade e lhe desse o nome.

O documento em análise vem endereçado da “Vila Merity, 25 de julho de 1940” e segue assinado por Sylvio Goulart, Rufino Gomes Jr., Amadeu Lanzeloti, Joaquim Linhares, José Basílio da Silva, Antonio Moreira de Carvalho, Luiz Antonio Felix, Mario Pina Cabral, Ramiro Gonçalves, Costa Maia e Abílio Teixeira. Nele não existe referência direta à emancipação do distrito de Caxias, mas apenas à divisão do município de Nova Iguaçu:

*Divida-se o município. SIM, Porque é obra de alta política administrativa, de perfeita compreensão das possibilidades econômicas e financeiras da terra que governa, porque é DARA CADA UM SEGUNDO AQUILO QUE PRODUZ E MERECE.*⁴

O abaixo-assinado que analisamos teve uma repercussão desagradável junto ao interventor federal, que ordenou a abertura de um processo pelo Tribunal de Segurança Nacional, que foi presidido pelo delegado da Ordem Política e Social e acabou por resultar em algumas prisões e fechamento do jornal que Sylvio Goulart dirigia.

² Manifesto arquivado no Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, Câmara Municipal de Duque de Caxias, encontra-se na íntegra.

³ Idem.

⁴ Documento arquivado no Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, Câmara Municipal de Duque de Caxias, encontra-se na íntegra, inclusive com os destaques.

O que viria a contornar a situação e levar a bom termo o destino das pessoas detidas foi a sapiência do Sr. Rufino Gomes Jr., que, por intermédio do juiz Luiz Miguel Pinaud, conseguiu a libertação dos presos.⁵

Algumas teorias podem ser levantadas a partir deste ponto até a oficialização da emancipação de Duque de Caxias.

Em primeiro lugar (teoria de Stélio Lacerda), o governo pode ter ignorado o manifesto, chegando à conclusão de que Nova Iguaçu deveria ser dividido e que o Distrito de Caxias era o mais propício para sede do novo município e que a ausência de um movimento de oposição à emancipação do Distrito de Caxias, por parte das “chefias políticas de Nova Iguaçu”, justifica-se essencialmente por ter sido um ato de natureza impositiva, “de cima para baixo”, não sujeito a questionamento.⁶

Em segundo lugar, temos a teoria do professor Rogério Torres, segundo a qual o distrito mais desenvolvido de Nova Iguaçu era Meriti e, por influência de Tenório Cavalcanti, não foi a sede do novo município.

A terceira teoria aponta para o fato de o juiz Luiz Miguel Pinaud e Tenório Cavalcanti (responsável pela arrecadação de impostos no Distrito de Caxias) terem conseguido não apenas a libertação dos presos, mas também que se desse crédito ao manifesto. Neste sentido, um acordo político entre estes senhores e as demais instâncias envolvidas teria levado à emancipação de Duque de Caxias.

A terceira teoria, por nós construída, apóia-se nos jornais de época, citados na bibliografia, onde encontramos referência de grande apreço dos jornalistas envolvidos e o senhor Tenório Cavalcanti. Aliás, foi Tenório que levou a bandeira da emancipação de São João de Meriti até a sua consumação em 1947.

Ao iniciarmos um debate com as duas primeiras hipóteses apontadas (Stélio Lacerda e Rogério Torres), faremos uma pausa para enunciar os conceitos que pegamos emprestado de Antonio Gramsci para refletir sobre o processo de emancipação.

Para ele, o intelectual orgânico é um pensador que, nascido da realidade local, vai além do senso comum, propaga o resultado de suas reflexões, fazendo com que ele passe a ser aceito pela grande massa da população como algo comprovadamente coerente, lógico e verdadeiro. Este intelectual, ao

⁵ Jornal do Povo, de 07/01/1951, fragmento localizado no Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, Câmara Municipal de Duque de Caxias, com a reportagem “Para o Povo de São João de Meriti Ler ...”

⁶ Em destaque expressões do autor.

contrário do que se observa na construção de outros pensadores, reflete sobre a realidade local, com o olhar de um membro dessa coletividade buscando a mudança do real.

O processo de reflexão dá origem a um trabalho de divulgação dessas idéias, na busca de estabelecer sua hegemonia sobre as concepções que a precedem. Neste sentido, num trabalho meticoloso, o resultado dessa reflexão deve chegar ao restante da população local e ser abraçado por ela a princípio como uma idéia plausível, deve caminhar para um processo de incorporação, fazendo dela uma concepção do grupo (no nosso caso, da população local).

Partindo dos conceitos de Gramsci, vemos o processo de emancipação do município de Duque de Caxias como uma parte integrante de um grupo de intelectuais orgânicos, grupo este nascido da população local e que almejava a emancipação como uma forma não só de ascensão econômica da elite local por eles representada, mas de toda a região e, por conseguinte, a deles próprios.

Chamamos a atenção para o fato de estarmos denominando de população local não apenas os moradores do oitavo distrito de Nova Iguaçu, mas os moradores dos distritos que viriam a constituir o Município de Duque de Caxias. Neste sentido, observamos que, dos distritos que viriam a constituir o Município de Duque de Caxias, surgiu um grupo de pessoas que, refletindo a realidade local, foi além do senso comum, elaborando uma proposta que, pelos meios disponíveis (reuniões, jornais, etc), propagou um novo ideário.

Conscientes da guerra mundial, da ditadura do Estado Novo e da política nacionalista, que, entre outras coisas, visava a organização do quadro territorial do país, mexendo assim com o regionalismo, buscaram uma tática que, por força das conjunturas nacional e mundial, não poderia apontar para um levante popular.

Assim, a possibilidade de redefinição do quadro territorial, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, pensada através de uma comissão criada pelo comandante Ernani do Amaral Peixoto, para esse fim, pareceu-lhes uma condição propícia para apresentar ao interventor um manifesto, manifesto este que solicitava a divisão do território de Nova Iguaçu e que pretendia fazer de Meriti a sede do novo município.

Aproveitamos para lembrar que nenhum regime político, ditatorial ou não, se mantém utilizando-se apenas de mecanismos de repressão (ou mesmo abdicando dele). Ele necessitará criar mecanismos de cooptação, de aceitação por parte da grande massa da população. Isso explica a necessidade de criação

do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), que, entre outras funções, incluía a de inculcar na população brasileira o quanto eram nobres as práticas governamentais.

Destacamos também que Getúlio Vargas, desde o período que posteriormente passou a ser denominado de populismo, adotou uma tática de tirar da sociedade os conflitos, incorporando-os ao aparelho de Estado.⁷ Desta forma, acreditamos tornar mais fácil a compreensão do que aconteceu a partir do momento em que o comandante Ernani do Amaral Peixoto recebe o manifesto.

O período que se estende da prisão à libertação dos presos ainda se encontra confuso, mas observa-se, através dos jornais de 1946 em diante, o respeito e consideração dos políticos para com este grupo que, mesmo em meio à ditadura de Getúlio Vargas, persistiu na luta pela emancipação de Meriti e pela nomeação de um prefeito que fosse nascido em Caxias. O que conseguiram por um período curto, de 19-03-47 a 31-03-47, pois José Rangel não conseguiu se manter no cargo.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias:

FORTE, José Mattoso Maia. Memória da Fundação de Iguassú. RJ: Typ. do Jornal do Comércio, 1933.

LUSTOSA, José. Cidade de Duque de Caxias. RJ: IBGE, 1958.

MORAES, Dalva Lazaroni de. Esboço Histórico-Geográfico do Município de Duque de Caxias. Duque de

Caxias: Arisgráfica, 1978.

PEREIRA, Waldick. A Mudança (História Iguaçuana). Nova Iguaçu: Arisgráfica, 1970.

PEREIRA, Renata de Farias. Rio 1500-1980: A História da Cidade do Rio de Janeiro em quadrinhos. Rio de

Janeiro: Editora Ao Livro Técnico, _____.

PEIXOTO, Didima de Castro. História Fluminense. Niterói, 1964.

⁷ Gomes, Ângela de Castro. "O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil: Notas sobre a trajetória de um Conceito". In Ferreira, Jorge (Org). O Populismo e sua História: Debate e Crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Vol. XXII, p. 254. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.

Documentação existente na Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro:

Decreto-Lei Federal, nº 311, de 02/03/38.

Decreto-Lei Federal, nº 846, de 09/11/38.

Decreto-Lei Federal, nº 1202, de 08/04/39.

Decreto-Lei Federal, nº 3599, de 06/09/41.

Decreto-Lei Federal, nº 5901, de 21/10/43.

Decreto-Lei Federal, nº 1055, de 31/12/43.

Decreto-Lei Federal, nº 1056, de 31/12/43.

Anais da Câmara dos Deputados vol. 9 Discurso de Basílio de Magalhães, em 30/09/226.

Constituição Federal de 1934.

ALMEIDA, Antonio Figueira de. A Constituição de 10 de Novembro Explicada ao Povo. (1937).

Documentos existentes no Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto / Câmara Municipal de Duque de Caxias:

Decreto nº 2559, de 14/03/31.

Manifesto de 25 de julho de 1940.

Exaltação a Cidade de Duque de Caxias - letra do Hino Municipal.

Deliberação de 1994 (Hino).

Prefeitos de Duque de Caxias (Listagem).

Ata da Primeira Sessão da Câmara Municipal de Duque de Caxias - Lei 38/93.

Deliberação nº 1217, de 30/12/66 (Brasão e Bandeira).

Fontes Secundárias:

CUNHA, Rogério Torres da. Barboza Leite, Sua Arte, Sua Vida. Duque de Caxias: Edições Mayo, 1938

_____. Resumo Histórico do Município de Duque de Caxias. Duque de Caxias: Secretaria de Cultura, 1992.

VALENTE, Armando; Peres, Guilherme. Memória Histórica da Baixada Fluminense: Fotografias. Série Visual.

Duque de Caxias: Gráfica Register, 1991.

LEITE, Francisco Barboza; Cunha, Rogério Torres da. Foto/Poética.

Duque de Caxias: Segrafe, 1980.

LACERDA, Stélio José da Silva. A Emancipação Política do Município de Duque de Caxias. Monografia Curso de História Sociedade Universitária Augusto Mota, 1982.

PEIXOTO, Ruy Afrânio. História de Nova Iguaçu, 1955.

BELOCH, Israel. Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o Povo da Baixada. 2ª Edição. RJ: Record, 1986.

LUNA, Galano Mochcovitch. Gramsci e a Escola. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1988.

GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética da História. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, 7ª edição, Civilização Brasileira, 1987.

GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, 4ª edição, Civilização Brasileira, 1982.

Jornais da Época:

Mensário do Jornal do Comércio - 17/01/43 - As Terras de Fronteira.

Mensário do Jornal do Comércio - 28/11/43 - Os Novos Territórios.

Correio de Iguassú - Direção: Sylvio Goulart.

Correio da Lavoura - Direção: Silvino Hipólito de Azeredo.

Jornal do Povo - Direção: Sylvio Goulart.

Tribuna de Caxias.

O Municipal.



MEMÓRIAS DA EMANCIPAÇÃO E
INTERVENÇÃO NO MUNICÍPIO DE
DUQUE DE CAXIAS
NOS ANOS 40 E 50

*Marlucia Santos de Souza*¹

Em 1943, os distritos de Caxias, São João de Meriti, Xerém e Estrela se emanciparam compondo o Município de Duque de Caxias. O novo município passou a ser composto por três Distritos: Duque de Caxias, S. João de Meriti e Imbariê. Em 1947, São João de Meriti se emancipou de Duque de Caxias e em 1954, o Distrito de Imbariê deu origem a outros dois distritos, o de Xerém e o de Campos Elíseos.

O processo de emancipação da cidade esteve relacionado à formação de um grupo local que organizou a União Popular Caxiense (UPC) e à reforma territorial realizada por Amaral Peixoto, durante o Estado Novo. A UPC era formada por jornalistas, por médicos e políticos locais. Os objetivos iniciais dessa organização eram: assegurar a busca de soluções para os problemas locais; organizar o trabalho de filantropia e promover o lazer.

Para eles, os problemas locais encontrariam soluções com o rompimento do domínio do poder de Nova Iguaçu, criando um novo município. Em 1940, foi criada a Comissão Pró-Emancipação, que era formada por: Silvio Goulart, Rufino Gomes Jr., Amadeu Lanzoloti, Joaquim Linhares, José Basílio, Carlos Fraga e Antônio Moreira. No Manifesto Pró-Emancipação, Nova Iguaçu era vista como:

¹ Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense / UFF. Professora da rede pública estadual. Diretora do SEPE/Duque de Caxias. Chefe do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias / FEUDUC. Diretora de Pesquisa do Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de História da Baixada Fluminense / CEMPEDOC-H- BF.

*“Madrasta que de todos recebendo, a alguns tudo dando, a outros menos que merecem e aos últimos nada fornecendo, ou melhor, ou que é pior, tudo lhes negando”.*²

Esse discurso nos permite perceber dois aspectos: o primeiro está relacionado à política clientelística do governo municipal de Nova Iguaçu, que não estava sendo cumprida, ou pelo menos, não de forma satisfatória aos olhos de parte do núcleo de poder político de Caxias. O segundo, diz respeito à necessidade de criação de espaços de maior autonomia e de acesso a um aparato burocrático novo, já que o anterior não era mais eficiente.

Em 1937, comerciantes e membros da UPC fundaram a Associação Comercial de Caxias, fortalecendo e consolidando um núcleo de poder local com maior capacidade de interferência. Em 1940, foi entregue a Amaral Peixoto um manifesto pró-emancipação, mas a reação do governo foi dura e os manifestantes foram presos.

Na lista dos manifestantes não consta a assinatura de Tenório. A sua ausência no movimento pode ser creditada à aliança política existente entre ele e o prefeito de Nova Iguaçu, que não via com bons olhos a possibilidade de perda de parte do território iguaçuano, principalmente tratando-se de Caxias, que em 1942, era a cidade que mais arrecadava imposto na Baixada. Após a prisão das lideranças do manifesto é que encontramos a participação de Tenório Cavalcanti, que juntamente com o juiz Pinaud atuou na defesa dos prisioneiros, obtendo a liberdade deles.

Apesar do esforço do grupo da UPC, a emancipação só se realizou a partir do controle dos interventores estadual e federal. Em 1940, Amaral Peixoto organizou uma comissão para estudar uma reforma administrativa do Estado do Rio de Janeiro, que foi viabilizada em 1943. O processo de emancipação de Caxias esteve integrado ao projeto de reforma administrativa, com bases no discurso do Estado Novo, onde um dos eixos fundamentais era a consolidação do nacional, que tinha no comunismo e no excesso de regionalismo seus principais empecilhos. A emancipação dos locais mais populares ia de encontro à necessidade de: reorganizar o quadro territorial para melhor controlá-lo e

² Apud Silva, Helenita M. B. Emancipação do Município de Duque de Caxias. RJ: Monografia/UERJ, 1995:12.

administrá-lo; cooptar simpatia e apoio popular e articular o seu representante regional, Amaral Peixoto, com os grupos locais.³

A concepção de municipalidade do Estado Novo não era de uma esfera política autônoma, mas de uma célula da nação, ou seja, o fundamento da nacionalidade. O decreto⁴ da reforma territorial foi acompanhado de um outro decreto-lei,⁵ que fixou a nova divisão administrativa e judiciária e os pormenores da cerimônia de instalação dos novos municípios. A cerimônia seria realizada em todas as sedes dos municípios no mesmo tempo, dia e horário, com o mesmo rito e finalidade, ou seja, propagar a nacionalidade, uma só vontade e um só sentimento.

“...o que levaria a população a festejar o evento, a introjetar o espírito de hierarquia, de ordenada distribuição das responsabilidades e, assim, ao cultivar os sentimentos a outros mais elevados, que buscavam aproximar e fundir os corações, as inteligências e as vontades na integração do Brasil”.⁶

Dentro desta lógica a cidade passava a ser vista como célula fundada no nacional, a serviço do populismo e com pouquíssimas possibilidades de autonomia. Assim sendo, a fundação do município esteve imbricada a um projeto de identidade nacional com bases no discurso de integração da cidade de Duque de Caxias ao mundo do trabalho.

Na letra do Hino “Exaltação à Cidade de Duque de Caxias”, produzido por Barbosa Leite, é possível perceber essa intencionalidade: “Toda a cidade é uma orquestra de metais em inesperada atividade”. Uma orquestra, portanto, ordenada, hierárquica e harmoniosa “... construindo riqueza, inspirando belezas que ao Brasil oferece”. As belezas produzidas através do trabalho deveriam ser controladas pelo Estado ou pelo capital privado nacional.

O lugar da cidade de Caxias está dado: “és do trabalho a namorada e sua população quando mal adormeces já está levantando”, denunciava Barbosa

³ SILVA, Helenita M. B. Emancipação do Município de Duque de Caxias. RJ: Monografia/UERJ, 1995.

⁴ Decreto-Lei 1055, de 31/12/43.

⁵ Decreto-Lei 1056, de 31/12/43.

⁶ SILVA, 1995: 10.

Leite. Assim, a cidade dos que apenas dormem nela, chamada por muitos de dormitório, atingiria a modernidade numa visão bem positivista no qual o progresso chegaria através de sua vocação: o trabalho.

Nesse sentido, Caxias torna-se lugar não apenas do trabalho, mas, sobretudo, do trabalhador nacional. Segundo Sonia Regina de Mendonça, durante a primeira República as frações da classe dominante agrária disputavam a hegemonia de seus projetos políticos. De um lado, o setor mais dinâmico da economia, isto é, São Paulo, apostando em um projeto de monocultura agrícola do café, da mão-de-obra imigrante e da modernização do trabalho agrícola com o investimento em maquinário que reduzisse a necessidade da força de trabalho e assegurasse maior rapidez e eficiência na produção. De outro, os setores menos dinâmicos, formados principalmente pelo Sul, pelo Nordeste e pelo Rio de Janeiro. Este setor não possuía capital acumulado suficiente para investir em mão-de-obra imigrante ou em modernização da agricultura. Logo, seu projeto era baseado na diversificação agrícola, no investimento em técnicas de plantio e na formação do trabalhador nacional. O Jeca Tatu, o matuto, o menor de rua poderiam ser transformados no trabalhador nacional através dos investimentos em projetos que assegurassem a ele trabalho e formação. A autora nos chama atenção para o fato de que foi este setor menos dinâmico da economia que fez a revolução de 1930 e assumiu o poder do Estado durante os 15 anos seguintes.⁷

Durante a primeira era Vargas - 1930/1945, mapeamos diferentes projetos políticos voltados para a Baixada Fluminense, especialmente para Caxias, devido a sua maior proximidade com o Distrito Federal. Tendo como objetivo a modernização, o projeto de colonização consistia: no domínio das condições naturais encontradas, na ocupação das terras públicas através de políticas que favorecessem o acesso do Jeca Tatu à terra e às técnicas agrícolas, no avanço do desenvolvimento com bases na indústria nacional e na exaltação do nacionalismo e da grande liderança nacional: Vargas. Assim sendo, o projeto de instalação do Núcleo Agrícola e do Patronato São Bento, da Cidade dos Meninos e da Fábrica Nacional de Motores imprimiam a marca do Estado Novo demarcando Caxias como lugar de abastecimento agrícola para o Distrito Federal, de abrigo e formação desse trabalhador nacional.⁸

⁷ Ver: MENDONÇA, Sonia Regina. O Ruralismo Brasileiro (1888-1931). RJ: Hucitec, 1997.

⁸ Para ver mais sobre as marcas do Estado Novo na Baixada Fluminense: SOUZA, Marlucia Santos de. Escavando o Passado da Cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias e os Projetos de Poder Político Local (1900-1964). RJ: Dissertação de Mestrado, 2002.

A restrição do espaço da cidade a um lugar onde dormem os trabalhadores, demonstra o projeto autoritário implantado pelo Estado Novo. A participação política, o direito de eleger o Executivo Municipal e o de definir as políticas públicas eram desejos silenciados. Trabalho, ordem e progresso são palavras-chaves que produzem uma memória da cidade ordeira, integrada ao capitalismo e com poder centralizado.

A emancipação do Município, portanto, não garantiu a construção de um aparato burocrático local com autonomia, e sim, transformou a cidade em uma extensão do domínio de Vargas e de seu genro, Amaral Peixoto, sendo governada por interventores indicados por Niterói.

Domínio de Interventores no Executivo Municipal (1944-1947)

Nome	Período
O contabilista Homero Lara foi o primeiro prefeito a responder provisoriamente pelo expediente	01/01/1944 a 10/09/1944
Heitor Luis do Amaral Gurgel (primo de Amaral Peixoto)	11/09/1944 a 01/08/1945
Antônio Cavalcante Rino	Assumiu interinamente por 30 dias (02/08 a 02/09 de 1945)
Dr. Jorge Diniz de Santiago	10/01/1945 a 22/03/1946
Gastão Glicério de Gouvêa Reis	25/03/1946 a 18/10/1946
José dos Campos Manhães	18/10/1946 a 13/03/1947
José Rangel	19/03/1947 a 31/03/1947
Custódio Rocha Maia	31/03/1947 a 30/07/1947
Tenente Coronel Scipião da Silva Carvalho	01/08/1947 a 28/09/1947

Fonte: Instituto Histórico / Câmara Municipal de Duque de Caxias

A visão que Tenório teve acerca dos interventores, deixa clara sua insatisfação com a presença dos chamados "estrangeiros". Para ele, era uma invasão do seu território com o objetivo de disputar voto, prestígio político, cargo público, controle do aparato burocrático e acumulação econômica.

"Homero de Lara assumiu prometendo à população aquilo que ela mais almejava: água encanada. Realizaram

vários comícios de propaganda do Governo, as valas foram abertas e as verbas gastas, mas a água, mesmo, nada. Não demorou muito e Lara foi substituído por Heitor do Amaral Gurgel, primo do Governador Amaral Peixoto... A prosperidade de Caxias despertou a cobiça de aventureiros e políticos inescrupulosos. O jogo e o lenocínio imperavam nos mafuás da cidade. A corrupção campeava”.⁹

“Heitor Gurgel, na prefeitura de Caxias, promovia perseguições torpes a meus amigos, nomeação de professoras analfabetas e de gente desclassificada para cargo de proa, etc. Figuras inexpressivas, estranhas ao município, eram premiadas com o usufruto do monopólio do cimento, da gasolina e do câmbio negro”.¹⁰

O curioso é que esta fala trata da corrupção, jogo e lenocínio como situações estranhas à cidade. Na verdade, algumas alterações foram de fato implementadas. Quando Heitor Gurgel assumiu a prefeitura de Caxias, a roleta e as jogatinas não foram impedidas de funcionar. Conseqüentemente, o fechamento dos cassinos da cidade carioca, associada à ausência de controle em Caxias, favoreceu a abertura de cassinos na cidade. Os jogos passaram a ser mais sofisticados e a movimentar grande soma de dinheiro, o que levou João “Bicheiro” a investir no setor. O rei do jogo mandou construir um prédio para um luxuoso cassino, na Rua Coronel Manoel Telles, investiu recursos na abertura de um pequeno canal para escoar as águas das chuvas e pavimentou parte da rua para favorecer o acesso dos carros que chegavam do Rio de Janeiro.

Segundo Santos Lemos, apesar de o cassino ter sido construído próximo ao Mangue, um lugar de pobres e bandidos, não sofria incômodo. Segundo ele, todos ganhavam com a jogatina: os funcionários, o comércio, a construção civil e a polícia, que recebia pelo silêncio e proteção. Ainda afirmava que era preciso considerar o cassino sempre como um espaço de espetáculo para os moradores do Mangue:

⁹ FORTES, Maria do Carmo Cavalcanti. Tenório, o Homem e o Mito. RJ: Record, 1986: 98-99.

¹⁰ SILVA, Arlindo. Memórias de Tenório Cavalcanti Segundo a Narrativa a Arlindo Silva. RJ: Cruzeiro, 1954: 99.

“...atraídos pelas grandes luzes, pelos carros vistosos e pelas madames de vestidos lindos. E estas famílias ficavam nas portas dos barracos, apreciando de longe o movimento do carnaval... comentavam os carros, os vestidos, os ordenados dos empregados rezando para que os filhos se tornassem crupiers também”.¹¹

Nas memórias de Santos Lemos a população do Mangue era promíscua, composta de ladrões e miseráveis que sonhavam com o luxo, embora ele estivesse longe de alcance. Apesar do estereótipo constituído em torno do morador do Mangue, os relatos de Lemos denunciavam a segregação existente na cidade.

Segundo Tenório, a prosperidade de Caxias estava relacionada ao crescimento econômico, fenômeno chamado por alguns de “surto progressista” ou “era do desenvolvimentismo”.

Evidentemente, para a realidade da Baixada Fluminense houve um crescimento local nas décadas de 50 e 60. Na segunda metade da década de 50, o comércio de Caxias estava em expansão; havia no município 206 indústrias que empregava 3,18% de sua população, bem como 9 agências bancárias e uma produção agrícola de Cr\$ 17.000.000,00.¹² Era o município que possuía a maior arrecadação e a maior taxa de crescimento populacional da Baixada Fluminense. Possuía 61.210 eleitores, sendo o terceiro colégio eleitoral do Estado.¹³

“Segundo o Censo de 1950, a cidade de D. de Caxias, coloca-se em décimo sexto lugar em população em todo o Brasil. Entre 15 cidades de população acima de D. de Caxias, 10 são capitais de Estados, o que permite a Caxias colocar-se em sexto lugar entre as cidades de Santos, Campinas, Santo André, Pelotas e Juiz de Fora”.¹⁴

¹¹ LEMOS, Silbert dos Santos. Os Donos da Cidade. Duque de Caxias: Gráfica Editora Corcovado, 1980: 70.

¹² Censo de 1950. IBGE.

¹³ Segundo o Censo do IBGE, de 1950, havia em Caxias 30 metalúrgicas, 7 fábricas de cimento armado, 20 de artefatos de madeira, 7 de bebidas, 18 de cerâmicas, 14 de produtos químicos, 7 de torrefação de café, 15 têxteis.

¹⁴ Jornal Tópico, 25/08/58: 5.

O crescimento populacional da cidade foi maior na década de 60, atingindo aproximadamente 161%. Isto se explica por vários fatores como: a incorporação ao aglomerado urbano carioca; a abertura da Avenida Brasil, da Rodovia Dutra e da Washington Luís nos anos 50, facilitando o acesso ao Rio de Janeiro e a atração de novos investimentos nas margens das rodovias; a organização do campesinato fluminense, que através da mobilização garantiu a permanência na terra e a atração de outros lavradores para a região; e a atração de trabalhadores para dar conta da construção e funcionamento de mais duas estatais: a Refinaria de Duque de Caxias - REDUC, iniciada em 1957 e concluída em 1961, e a primeira empresa petroquímica brasileira, sob a denominação de FABOR (Fábrica de Borracha), em 1962.¹⁵

Posteriormente à implantação da REDUC e da FABOR, outras empresas dependentes da matéria-prima fabricada por elas foram instaladas no entorno, compondo o que atualmente denominamos de pólo petroquímico. Deste modo, o conjunto de fatores apresentados foi determinante para a constituição da taxa de crescimento populacional de Caxias.

População do Estado e da Baixada nos anos 50 e 60.

Ano	1950	1960	Crescimento aproximado
Estado	2.297.194	3.367.738	47%
Nilópolis	46.406	95.111	105%
Nova Iguaçu	145.649	356.645	145%
S. J. de Meriti	76.462	190.516	149%
D. de Caxias	92.459	241.026	161%

Fonte: Censo Demográfico de 1950 e 1960. IBGE

Já no tocante à infra-estrutura urbana, a situação era de abandono. Segundo os dados da Agência de Estatística do Município, em 1957 havia 10 mil crianças em idade escolar fora da escola. Os dados do recenseamento do IBGE

¹⁵ O projeto inicial era de implantar o Conjunto Petroquímico Presidente Vargas. Entretanto, só foi possível implantar a fábrica de borracha como unidade da REDUC. Atualmente a antiga FABOR é conhecida como Petroflex.

de 1950, apontam que das 20.152 crianças de 5 a 14 anos, apenas 7.761 sabiam ler e escrever. Dos 92.459 habitantes, cerca de 14.048 homens e 17.741 mulheres eram analfabetos.¹⁶

A maioria das escolas públicas foi instalada em residências ou prédios alugados, sem a menor infra-estrutura. Não havia carteiras suficientes e, em algumas, o matagal atraía a presença de cabras, cavalos e vacas. Os professores eram todos indicados pelos governos municipal e estadual, alargando assim a política do clientelismo. A grande maioria do corpo docente possuía apenas o primário ou o ginásial, o que de certo modo confirmava a denúncia de Tenório. Somente em 1956, a primeira turma de normalistas da Escola Santo Antônio concluiu o curso. O jornal *Tópico* afirmava que as professoras com qualificação preferiam lecionar no Distrito Federal, já que lá as condições de trabalho e de salário eram melhores.¹⁷

Na saúde a situação era ainda pior. Havia apenas o Posto Médico do Samdu e os consultórios médicos particulares. A única alternativa era o Distrito Federal. A água continuava a ser um grande problema. Havia apenas bicas e carros-pipas. Segundo Santos Lemos, a água era insalubre, imprestável para beber, obrigando a que fosse apanhada em locais privilegiados e, na maioria das vezes, distante das residências. Outra possibilidade era a compra nos carros-pipas, o que, segundo ele, era uma fonte de renda para os funcionários da prefeitura.

*“A falta de água potável deu uma boa fonte de renda para os funcionários da prefeitura, que ganhavam gordas propinas para com o carro pipa, vendê-las às pessoas com recursos, quando, a bem da verdade, a idéia da distribuição surgiu no sentido de amenizar as dificuldades das famílias menos favorecidas pela sorte... Na Praça do Pacificador havia uma bica pública, com guarda municipal vigilante, não para que respeitassem a fila, mas sim, para acharar donas de casas e negrinhos. Tinham que dar uns trocados para terem o direito de matar a sede”.*¹⁸

¹⁶ Censo Demográfico do Estado do Rio de Janeiro, Série Regional, vol. XXIII, tomo 1. RJ: IBGE, 1955: 101.

¹⁷ Jornal O GRUPO, junho de 1957: 5; jornal *Tópico*, 10 de maio de 1958: 3

¹⁸ LEMOS, 1980: 59.

Para ele, a cidade era constituída de humildes lavradores, criadores, operários e assassinos, em sua grande maioria, nordestinos e negros. A cidade crescia graças à iniciativa particular, à falta de fiscalização, ao lenocínio, à contravenção, à total liberdade do comércio em estabelecer os preços, à sonegação de impostos, ao descumprimento das leis trabalhistas, etc. Era uma cidade que ele chamava de “cidade aberta”, onde imperava a corrupção, a prostituição, a maconha, o jogo do bicho, a discriminação racial e a violência policial, expressa nas torturas de presos, na arbitrariedade e no extermínio, principalmente de negros.

Lemos afirmava que a Delegacia 311 havia instalado em Caxias o pau de arara e fabricara a “cisterna da morte”. A cisterna ficava nos fundos da delegacia e servia de depósito para os corpos dos presos que morriam durante as torturas. Durante a ditadura varguista, principalmente, o “pau corria solto”. Para ele, “se o lema de nossa bandeira era ordem e progresso, o de Caxias era desordem e progresso”.¹⁹

Lais Costa Velho diz em sua obra que Caxias era a terra onde a polícia também era bandido. A impunidade para os donos da cidade inviabilizava também o exercício do judiciário. Ele registrou uma conversa que teve com o juiz Dr. Hélio Albenaz Alves. O magistrado havia tentado fechar os 22 hotéis de luxo que abrigavam a rede de prostituição da cidade.

*“Rapaz, eu cheguei em Caxias carregado de idealismo e bem intencionado. Fechamos esses hotéis e limpamos a cidade numa campanha nunca vista. Não passou muito, começaram as mais variadas pressões. Todos reclamavam o prejuízo que era dado ao Município com o fechamento dessas casas”.*²⁰

Os que reclamavam da desordem da cidade, dela dependiam. Os chamados rendez-vous e os hotéis eram fontes de lucratividade. As rendas obtidas com a prostituição, com o jogo do bicho, com a miséria que barateava o voto, com a grilagem, com os baixos salários e o descumprimento das leis trabalhistas, com a sonegação de impostos, com

¹⁹ LEMOS, 1980: 26.

²⁰ COSTA VELHO, Lais. Caxias Ponto a Ponto. RJ: Agora, 1965: 31.

a formação de clientela e com a violência renderam a alguns uma acumulação inicial e a possibilidade de deslizar seus investimentos para outros setores como cartório, transporte coletivo, cassinos, cargos públicos, etc.

Ao entrarmos em contato com as várias memórias de Caxias, um determinado retrato da cidade vai se desenhando, cada uma delas estabelecendo recortes e visões de mundo dos diferentes grupos de poder. Nos relatos da imprensa, de Tenório e de suas filhas, nas memórias de Santos Lemos, de Guilherme Fuchs e de tantos outros, o retrato da cidade está relacionado aos assassinatos, prisões, torturas, prostituição, jogo do bicho, discriminação racial, miséria, autoritarismo e ausência de infra-estrutura urbana. Memórias de uma cidade que estava longe de ser ordeira.

Por outro lado, a cidade não era tão aberta como apontava Lemos. Após a afirmação de Tenório na UDN e da sua eleição para o legislativo fluminense em 1946 (2.800 votos), e para o Congresso Nacional nas eleições de 1950 (9 mil votos), 1954 (42.060 votos) e 1958 (46.029), ele construiu o seu próprio grupo de poder e ampliou a sua área de influência.²¹

Santos Lemos dizia que todos na cidade giravam como “satélites” em torno do Tenório. Até o “rei dos bicheiros”, que controlava a contravenção, lutando contra seus concorrentes com o seu talão de cheque ou com armas, era protegido por Tenório. O “dono da cidade”, também de arma na mão, dizia que um bicheiro bastava em Caxias. Contudo, o controle da cidade não era exercido apenas pelo tenorismo, visto que a Delegacia 311, também de armas nas mãos, impunha o domínio sobre a população empobrecida e assegurava a presença amaralista e getulista.

O que temos em Caxias é o retrato da política construída em uma periferia, onde as disputas entre os grupos de poder dominante utilizam-se das armas para solucionar os conflitos. Evidentemente que o bloco amaralista e getulista contava também com o rádio, com o DIP, com as leis trabalhistas e com a estrutura governamental para obter o consentimento, assim como o bloco tenorista utilizava-se do clientelismo em meio à imensa população pobre desprovida de tudo.

Os empreendimentos realizados pelo Estado em Caxias - a instalação da Comissão de Saneamento da Baixada, do Núcleo Agrícola e Patronato São

²¹ GRYNSPAN, Mário. Os Idiomas da Patronagem: Um Estudo da Trajetória de Tenório Cavalcanti in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, número 14. RJ: Vértice/ANPOCS. Outubro de 1990: 82.

Bento, da Cidade dos Meninos e da FNM - ajudaram a compor a imagem de Getúlio Vargas como provedor e modernizador. Aliás, o resultado eleitoral nas eleições presidenciais de 1950 expressa a popularidade de Vargas e revela a significativa importância do trabalhismo na construção da identidade do trabalhador caxiense.

Votação do Eleitorado Caxiense nas Eleições Presidenciais de 1950

Candidatos	Votação
Getúlio Vargas	8.556
Eduardo Gomes	1.598
Cristiano M. Machado	276
João Mangabeira	14
Branco	556
Nulos	4.547
Total	15.567

Fonte: TRE

Tenório também construiu uma imagem de provedor, de protetor onde as práticas políticas de assistência garantiam a formação de seu curral eleitoral. Guilherme Fuchs escreve em seu "Depoimento de um teuto-brasileiro", sua memória das práticas políticas de Tenório:

*"A 27 de setembro, os comerciantes da cidade eram obrigados a fazer contribuições para o Sr. Tenório que, por sua vez, fazia sua média com o povo, distribuindo fartamente tecidos, mantimentos e brinquedos aos pobres, levando a fama de eterno benemérito..."*²²

A reciprocidade forjada na distribuição de benefícios e a construção do mito de Getúlio Vargas modernizador e "pai dos pobres", e a de Tenório como o "Robin Hood" nordestino, de origem pobre e humilde que retribuía a ajuda

²²FUCHS, Guilherme. Depoimentos e Reflexões de um Teuto Brasileiro. RJ: Edição do Autor, 1988: 25.

recebida por São Cosme e Damião, distribuindo roupas e outros bens, sustentavam uma estrutura capitalista que lucrava com a exploração da miséria dos trabalhadores fluminenses. Um capitalismo que contava, na sua estratégia de implantação, com a corrupção do aparato policial e legal, com o apoio do Estado que distribuía serviços, espaços, negócios e mão-de-obra e com os esquemas de acumulação ilegais como a jogatina, a prostituição e a rede de hotéis a ela associada e o jogo do bicho.

O que temos é que a partir dos anos 30, Caxias torna-se espaço de transbordo populacional da cidade carioca e de presença de investimentos públicos do centro, remodelando o desenho da localidade. O projeto de colonização implantado pelo governo Vargas durante o Estado Novo recuperou áreas encharcadas e desvalorizadas, beneficiando-as e favorecendo o retalhamento e a especulação de áreas próximas. Nele, a região foi apontada como área de abastecimento de produção agrícola para a capital, como tradicionalmente era nos séculos anteriores, lugar de abrigo para menores, que também seriam integrados à produção agrícola.

Além da "vocaçã" agrária e de áreas de transbordo populacional, parte de seu território foi constituído como lugar de trabalho, lugar do trabalhador. A construção da cidade do motor apresenta a sociedade imaginada pelo Governo Vargas: ordenada, disciplinada, hierarquizada e nacionalista. Sua arquitetura era composta pela fábrica, pelos hotéis dos engenheiros, por uma estrada principal ligada à rodovia W. Luís, pela Estrada de Ferro Rio d'Ouro, que facilitava o acesso do maquinário da fábrica, às vilas operárias, a uma área rural que garantisse o abastecimento agrícola da fábrica através do arrendamento das terras públicas a pequenos lavradores.

O projeto de colonização associado a um conjunto de investimentos públicos em estradas e transporte de massa - circulação, a promoção de práticas políticas autoritárias expressa principalmente pela presença dos interventores e de um aparato de controle policial inescrupuloso, a propaganda anunciadora dos direitos trabalhistas como concessão afirmaram o domínio getulista e o de seu representante estadual, Amaral Peixoto.

Os grupos dominantes locais que se alinharam ao bloco varguista e que, portanto, eram beneficiados em diferentes níveis pelo tráfico de influência, tornaram-se os representantes do poder central no local. Entretanto, os grupos fortemente ligados ainda à estrutura anterior, prisioneiros aos laços políticos

com o antigo bloco de poder fluminense/paulista, transitaram entre a adesão ao getulismo e a oposição a ele.

Ao nomear os interventores com poderes discricionários, inclusive para o enriquecimento rápido e inescrupuloso, o poder central abriu brecha para descontentamentos locais que não almejam alterar o status quo, mas sim, assenhorear-se das fontes de recursos. Em Caxias, Tenório Cavalcanti se afirmou no bloco oposicionista e construiu o seu bloco de poder que aqui denominamos tenorismo. Logo, tenoristas e amaralistas/getulistas enfrentaram disputas violentas pelo domínio do poder político local. Os grupos locais subalternizados apresentam no processo de disputas semelhanças no trato com a massa urbana, na forma e na luta que empregam contra os setores populares. O uso da violência, das práticas políticas assistencialistas, a linguagem populista e o fortalecimento de figuras carismáticas.

Apesar dos investimentos na afirmação dessas figuras carismáticas e das práticas políticas de controle social e do esforço em estabelecer o consentimento, ele não se deu de forma plena. As tensões, a negação da ordem imposta eram expressivas e tornaram-se mais evidentes nos anos 50 e 60 com a formação de movimentos sociais significativos, como: movimento operário, camponês, cultural, de mulheres, de negros etc. O lugar do trabalhador e da ordem imprimia também a desordem, a contestação. Anteriormente à consolidação desses movimentos, já era possível identificar uma forte presença contestadora de comunistas, assim como do alcance dessa influência.

Segundo o Relatório do DOPS²³ de 1946, em Caxias havia um Comitê Municipal do Partido Comunista, sediado na Avenida Duque de Caxias, 30 e várias células comunistas: Célula Luís Santana, na Rua Guandu; Célula Mauá 1, 2 e 3 Seção; Célula 15 de Novembro; Célula Pedro Ernesto; Célula Antônio Peres na Cerâmica Pedro II; Célula 3 de Janeiro a 23 de Maio no Gramacho; Célula Áurea Batista na Rua Camorim e Célula B2 Vila Meriti. Embora seja necessário o olhar desconfiado para os dados e conteúdo dos relatórios do DOPS, o resultado eleitoral expressa a forte penetração do Partido Comunista em Caxias.

²³ A Divisão da Ordem Política e Social foi criada em 1938, portanto no início da ditadura varguista para assegurar a fiscalização, o controle e efetivar a repressão política.

Votação dos Partidos na Baixada Fluminense

Município	PSD	UDN	PCB	PTB	PRP	TOTAL
Caxias	2.789	1.514	3.066	2.979	92	10.440
N. Iguaçú	6.608	2.524	2.802	1.519	112	13.365
Magé	1.420	1.213	1.214	441	71	3.959

Fonte: Relatório da Secretaria de Segurança Pública DOPS de 1946 *in Estado, Pasta 20*. Arquivo Público do Rio de Janeiro.

A partir dos dados podemos perceber de um lado a baixíssima representação política na cidade. Em uma população de mais de 90 mil habitantes, o número de eleitores não chegava a 11 mil. Esse dado explicita o alto índice de analfabetismo e a composição populacional de migrantes que chegavam todos os dias sem documentação ou com seus ainda por transferir. De outro lado, os dados da votação revelam uma forte presença da influência comunista na cidade, tendo o PCB a maior votação em Caxias.

Em seguida temos as duas agremiações getulistas, o PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, de cunho trabalhista, e o PSD - Partido Social Democrático, compondo os interventores estaduais conservadores e a liderança de Amaral Peixoto. Já a oposição a Vargas, a UDN - União Democrática Nacional, de Tenório Cavalcanti, vem em quarto lugar na preferência do eleitorado. Se somássemos a votação do PCB com a do PTB, teríamos quase 60% da votação caxiense nos partidos mais vinculados ao viés trabalhista ou à concepção socialista. Ou ainda, se reuníssemos a votação nas agremiações de cunho getulista teríamos mais de 50% do eleitorado caxiense.

Apesar da votação da UDN ser pequena, se relativo às outras agremiações partidárias, não pode ser desconsiderada, já que expressava a oposição ao varguismo e possuía um caráter mais conservador, formado por frações da classe dominante subalternizada na esfera de domínio do Estado. Essa votação deve ser creditada à presença de Tenório Cavalcanti e de sua marca política.

Entretanto, a legalidade do PCB durou pouco. Colocado na ilegalidade, as disputas mais acirradas giraram em torno do PSD, PTB e UDN. Ao nível do poder político local, em 1947 foi realizada a primeira eleição direta para Prefeito, sendo eleito o candidato do PSD, Gastão Reis. Poderíamos indicar que até o

ano de 1952, o domínio do Executivo local em Caxias ficou por conta do PSD. De 1952 a 1959, por conta do PTB.

Prefeitos eleitos em Caxias pelo voto direto de 1947 a 1962

Nome	Período
Gastão Reis - PSD	28/09/1947 a 28/12/1950
Aderson Ramos (delegado)	28/12/1950 a 31/01/1951 como Presidente da Câmara, assumiu interinamente
Adolpho David	31/01/1951 a 06/09/1952 como Presidente da Câmara, assumiu interinamente
Braulino de Matos Reis - PTB	06/09/1952 a 31/01/1955
Francisco Corrêa - PTB	31/01/1955 a 15/01/1959
Joaquim Tenório Cavalcanti UDN	15/01/1959 a 31/01/1959 como Presidente da Câmara, assumiu interinamente
Adolpho David - PSP	31/01/1959 a 31/01/1963
Euclides da Fonseca Chagas	06/10/1962 a 06/11/1962 como Diretor Geral da Câmara, assumiu interinamente

Fonte: Instituto Histórico / Câmara Municipal de Duque de Caxias

Ao nível regional, a vitória de Roberto Silveira nas eleições de 1958 expressou a derrota do PSD e de seu candidato, o iguaçuano Getúlio de Moura. Parte da UDN, inclusive Tenório Cavalcanti, apoiou a candidatura do PSD, apesar de a UDN ter fechado apoio ao candidato do PTB, Roberto Silveira, devido a sua fragilidade eleitoral. Além disso, a morte de Vargas tirou a UDN do lugar de oposição radical ao getulismo. Apesar da aliança, a vitória de Roberto Silveira imprimia o fortalecimento ainda maior do PTB entre os fluminenses.

BIBLIOGRAFIA

- COSTA VELHO, Laís. Caxias Ponto a Ponto. RJ: Agora, 1965.
- FORTES, Maria do Carmo Cavalcanti. Tenório, o Homem e o Mito. RJ: Record, 1986.
- FUCHS, Guilherme. Depoimentos e Reflexões de um Teuto Brasileiro. RJ: Edição do Autor, 1988.
- GRYNSPAN, Mário. Os Idiomas da Patronagem: Um Estudo da Trajetória de Tenório Cavalcanti *in Revista Brasileira de Ciências Sociais, número 14. RJ: Vértice/ANPOCS. Outubro de 1990.*
- LEMOS, Silbert dos Santos. Os Donos da Cidade. Duque de Caxias: Gráfica Editora Corcovado, 1980.
- MENDONÇA, Sonia Regina. O Ruralismo Brasileiro (1888-1931). RJ: Hucitec, 1997.
- SILVA, Arlindo. Memórias de Tenório Cavalcanti Segundo a Narrativa a Arlindo Silva. RJ: Cruzeiro, 1954.
- SILVA, Helenita M. B. Emancipação do Município de Duque de Caxias. RJ: Monografia/UERJ, 1995.
- SOUZA, Marlúcia Santos de. Escavando o Passado da Cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias e os Projetos de Poder Político Local (1900-1964). RJ: Dissertação de Mestrado, 2002.
- Censo Demográfico do Estado do Rio de Janeiro, Série Regional, vol. XXIII, tomo 1. RJ: IBGE, 1955.
- Decreto-Lei 1055, de 31/12/43.
- Jornal O GRUPO, junho de 1957.
- Jornal Tópico, 10 de maio de 1958.
- Jornal Tópico, 25/08/58.



Seção TRANSCRIÇÃO

*Alexandre dos Santos Marques*¹

*Rogério Torres*²

*Tania Maria da Silva Amaro de Almeida*³

O objetivo desta seção é transcrever documentos que integram o acervo do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, visando a preservação das informações das fontes primárias - documentação sobre suporte papel, através da divulgação de tão importantes referências para a história do nosso município e da região da Baixada Fluminense. Dando ciência aos pesquisadores e demais interessados sobre o conteúdo de tais documentos, firmamos a certeza de que a preservação de nossa memória histórica é importante para a construção e manutenção de uma identidade local.

“A preservação não é um fim em si mesma. Só preservamos para que as informações contidas nos

¹ Mestrando em História Social do Trabalho pela Universidade Severino Sombra - Vassouras - RJ. Coordenador do Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense /Fundação Educacional de Duque de Caxias.

Titular da Disciplina Metodologia da Pesquisa do curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias.

Professor da rede pública municipal de Duque de Caxias.

² Licenciado em Pedagogia pelo Instituto de Educação Governador Roberto Silveira e em História pela Sociedade Universitária Augusto Mota. Professor das redes públicas estadual do Rio de Janeiro e municipal de Duque de Caxias. Colunista da revista “Caxias Magazine”.

³ Licenciada e bacharelada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pós-graduada em História das Relações Internacionais pela mesma universidade. Sócia Titular da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores. Sócia fundadora da Associação dos Amigos do Instituto Histórico. Diretora do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias e supervisora das atividades de preservação desse órgão.

*bens culturais possam favorecer o homem no resgate de sua identidade e de sua história, permitindo, assim, o exercício pleno da sua cidadania.*⁴

Transcrevemos, nesta edição, o manifesto de 25 de julho de 1940, os decretos nº 2.559, de 14 de março de 1931 e o de nº 1.055, de 31 de dezembro de 1943; além da deliberação nº 1217, de 30 de dezembro de 1966.

Nesses documentos estão mantidas a grafia e a redação dos originais.



Manifesto

Exmo. Sr. Comandante Ernani Amaral Peixoto
D.D. Interventor Federal no Estado do Rio
Nichteroy - Palácio do Ingá

Ao termos conhecimento do acto de Va. Exa., criando uma Comissão destinada a estudar e propor uma nova divisão municipal do Estado, entendemos de nosso dever, habitantes do Município de Nova Iguassú, vir ao encontro de tão opportuno quão patriótico empreendimento.

Dada a extensão territorial, a par de severas dificuldades de vias de comunicação, aos quaes se juntará a fertilidade da terra, a salubridade do clima e a riqueza da producção, Nova Iguassú no actual momento, não corresponde por sua topographia, às reaes necessidades de sua população. Densa massa demographica, dividida em districtos, que por seu valor e progresso valem por verdadeiros municípios, disso resulta se transformar o Município em sua actual organização, em madrasta, de todos recebendo, à alguns tudo dando, a outros menos que merecem, e aos últimos nada fornecendo, ou melhor, o que é peor, tudo lhes negando. Quem d'animio desprevenido, corta o Município de Nova Iguassú, atravessa as suas estancias, consulta a sua lavoura, apalpa a sua industria, ausculta o seu commercio - para e quêda - sem entender, nem compreender porque, se oriundos da mesma

⁴ Política de Preservação de Acervos Institucionais / Museu de Astronomia e Ciências Afins; Museu da República. Rio de Janeiro, MAST, 1995.

gênese, possam uns, como homens afortunados se apresentarem, e de andrajos cobertos, vestidos andam os outros.

Só o desbordamento do senço de alta administração, ao qual se alie por um triste phenomeno de oxmose, ainda, os resquícios e as malversões da época, já hoje varridas em boa hora do scenario estrutural do Paiz, isso permitiram até agora.

Tal estado de cousas, porem não mais se perpetuará, dada a larga vizão, descortinio e acerto com que Va. Exa., vem norteando a (...) do Estado, levando-a a - porto e salvamento - nas mais variadas, quão deliradas nuances da difficil arte de bem e sabiamente governar.

Vale este nosso telegramma, como o applauso sereno dos que acima e por cima de si mesmos e das vis competições humanas, colocam como num escrínio o BRASIL, ESSE MESMO Brasil a quem amamos, esse BRASIL querido, que Lima e Silva, o Duque de Caxias, defendeu nos campos do Paraguay, na terra Bandeirante, combatendo Diogo Feijó e elevou e dignificou na Presidência dos Conselhos do Império.

Divida-se o Município. SIM. Porque é obra da alta sociologia, de alta política administrativa, de perfeita compreensão das possibilidades economicas e financeiras da terra que governa, porque é - DAR A CADA UM SEGUNDO AQUILO QUE PRODUZ E QUE MERECE, e não ao (...), sabor e desejos dos que se suppõem dominadores do momento.

Excelência!

O novo Município, que surgirá dentro em breve do ventre aberrimo de Nova Iguassú, e das terras ricas do Estado do Rio e que aspiramos n'uma demonstração de sadia e eloquente brasilidade, se denomine - MERITY - não o empobrecerá, será, apenas, o irmão mais moço, a quem a voz de Deus, pela palavra da história e a mão dadivosa e patriótica da Va. Exa. verá a devida e tanto reclamada JUSTIÇA.

Vila Merity, 25 de julho de 1940.



Decreto nº 2.559, de 14 de março de 1931

O Interventor Federal do Estado do Rio de Janeiro, usando das atribuições que lhe confere o art. 11, parágrafos 1º e 2º do Decreto do Governo Provisório da República, nº 19.398, de 11 de novembro de 1930,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado no Município de Iguassú o 8º districto, com território desmembrado do 4º districto, e cujas divisas serão: ao Norte, o rio Sarapuhy; a Leste, a Bahia de Guanabara; ao Sul, o rio Merity e a Oeste, a linha de transmissão da The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Company, Limited, que o separará do 4º districto.

Art. 2º - A sede do novo districto será o povoado da estação de Merity, da Leopoldina Railway, o qual passará a denominar-se "Caxias", em homenagem ao Marechal Duque de Caxias, nascido no município de Iguassú; ficando revogadas as disposições em contrário.

O Secretário do Estado do Interior e Justiça assim o tenha entendido e faça executar.

Palácio do Governo, em Nictheroy, 14 de Março de 1931.

(aa) PLINIO CASADO
Cesar Tinoco



DECRETO-LEI nº 1.055, de 31 DE DEZEMBRO DE 1943

*Criando o município de Duque de Caxias,
constituído pelos territórios que menciona.*

O Interventor Federal do Estado do Rio de Janeiro, na conformidade do disposto no Art. 6º, nº V, do Decreto-lei Federal nº 1.202, de 8 de abril de 1939, e devidamente autorizado pelo Sr. Presidente da República,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o município de Duque de Caxias, constituído pelos territórios dos distritos de Duque de Caxias (ex-Caxias), Meriti, Imbariê (ex-

Estrela) e parte de Belford Roxo, todos desanexados do município de Nova Iguassú.

Parágrafo único - A sede do novo município fica sendo Duque de Caxias, anteriormente vila de Caxias, elevada à categoria de cidade.

Art. 2º - Os limites do município de Duque de Caxias ficam assim constituídos:

Com o município de Nova Iguassú:

Começa na divisa com o Distrito Federal; segue pela segunda linha de transmissão da Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, até encontrar o rio Sarapuí; continua pelo curso deste até atingir a primeira linha de transmissão da Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro; prossegue por esta linha até alcançar o rio Iguassú; sobe por este até a confluência do rio Otum; pelo curso deste acima até a foz do Piabas; sobe por este até a sua nascente principal; seguindo daí em linha reta ao ponto de convergência dos limites dos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguassú e Vassouras, na Serra da Estrela.

Com o município de Vassouras:

Começa no ponto de convergência dos limites dos três municípios de Duque de Caxias, Nova Iguassú e Vassouras, na Serra da Estrela; prossegue em reta até o marco do Bico do Papagaio; daí, pelo divisor de águas do contraforte da serra da Estrela, até encontrar o marco lavrado no alto do morro do Freitas. Daí, em reta, com a extensão de 1.863m,00 até o marco lavrado do Bananal, PIIB 500; daí, em reta, com a extensão de 1.625m,20 até o marco IFP 165.

Daí em reta com o rumo de 81°45'30" S.O. (ano 1916) e com a extensão de 3.278m,70 até encontrar o marco F.P.E., situado no divisor de águas dos ribeirões Imbariê e Moça Branca.

Com o município de Magé:

Começa no marco F.P.E., no divisor de águas dos ribeirões Imbariê e Moça Branca; desce em reta no encontro da ponte da estrada Automóvel Clube, sobre o ribeirão Imbariê; continua por este até a sua confluência no rio Estrela e por este abaixo até a sua foz na Baía de Guanabara.

Com o Distrito Federal:

Pelas divisas estaduais.

Parágrafo único - As divisas inter-distritais são as seguintes:

Entre os distritos de Duque de Caxias e Meriti:

Começa no rio Sarapuú e segue pela linha de transmissão da Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, atravessa o rio Sarapuú e segue pelo curso deste até a confluência no rio Iguassú e por este até a sua foz na baía de Guanabara.

Art. 3º - O município de Duque de Caxias será constituído de três distritos na seguinte ordem:

1º - Duque de Caxias (ex-Caxias);

2º - Meriti;

3º - Imbariê (ex-Estrela).

Parágrafo único - A parte do território do distrito de Belford Roxo, que foi desmembrada, fica incorporada ao distrito de Imbariê (ex-Estrela).

Art. 4º - O município de Nova Iguassú fica constituído de cinco distritos, na seguinte ordem:

1º - Nova Iguassú;

2º - Queimados;

3º - Cava;

4º - Nilópolis;

5º - Belford Roxo.

Parágrafo único - Fica extinto o distrito de Bonfim, sendo uma parte de seu território incorporada ao distrito de Cava, e a outra anexada ao distrito de Governador Portela, em Vassouras, de acordo com as descrições que constarão do Anexo nº 2, do Decreto-Lei que aprovar a divisão territorial para o quinquênio 1944-1948.

(...)

Art. 12 - A instalação das novas circunscrições criadas ou alteradas por este Decreto-Lei far-se-á em 1º de janeiro de 1944, obedecendo ao ritual estabelecido pelo Decreto-Lei federal nº 311, de 2 de Março de 1938.

Art. 13 - Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Os Secretários de Estado assim o tenham entendido e façam executar.

Palácio do Governo em Niterói, 31 de Dezembro de 1943.

(aa) ERNANI DO AMARAL
Dermeval Moraes
Agenor Barcelos Feio
Ruy Buarque de Nazareth
Hélio de Macedo Soares e Silva
Valfredo Martins



DELIBERAÇÃO Nº 1217, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1966.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS decreta e eu sanciono a seguinte Deliberação:

Art. 1º - Ficam instituídos o Brasão e a Bandeira do Município de Duque de Caxias.

Art. 2º - O Brasão terá a seguinte forma:

Escudo Português; em campo de ouro, o contorno geográfico do Município, evidenciando em campo de (blau) azul, um pormenor da Refinaria de Duque de Caxias, de prata, saio de um campo de sínople (verde): - ladeando o assunto principal, duas estrelas de góles (vermelho), postas, uma à destra (direita) e outra à sinistra (esquerda); um Chefe de góles (vermelho) ostenta uma corôa ducal de ouro com suas pedras preciosas.

Na base, um listel de prata com os seguintes dizeres: - 1566 - Duque de Caxias - 1943. Encimando o conjunto a coroa ducal de cinco torres de prata, que é representativo da cidade.

Art. 3º - A Bandeira será constituída de duas listas azuis, em fundo branco remoso, que se cruzam no sentido da maior diagonal, tendo ao centro o brasão do Município, recordando suas tradições e origens históricas e o desenvolvimento - presente e futuro do Município, em luta serena pela industrialização.

Art. 4º - A confecção da bandeira do Município de Duque de Caxias, obedecerá às seguintes regras:

I - Para o cálculo das dimensões, tomar-se-á para a largura 14m (quatorze módulos) e para o comprimento 20m (vinte módulos).

II - As listas transversais azuis terão 2,5m (dois e meio módulos) de largura.

III - O Brasão do Município ficará ao centro, sobre as listas azuis, afastado de 2m (dois módulos) na parte superior e 3m (três módulos) na parte inferior no sentido da largura da Bandeira.

IV - O listel terá a largura de 0,8m (oito décimos do módulo) e as letras 0,5m (cinco décimos do módulo).

Art. 5º - Todos os documentos da Prefeitura e da Câmara Municipal levarão o brasão do município.

Art. 6º - Os próprios municipais levarão em lugar de destaque o brasão do município.

Art. 7º - Esta deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS, em
30 de dezembro de 1966.

(aa) JOAQUIM TENÓRIO
PREFEITO



Seção MEMÓRIA VIVA

*Antônio Augusto Braz¹
Odemir Capistrano Silva²*

RUYTER POUBEL, O INVENTOR DA FOLHA

O primeiro depoimento a ser publicado nesta seção MEMÓRIA VIVA é o do advogado, jornalista, empresário e homem público Ruyter Poubel. Ele tem sido um dos mais ativos personagens da história de Duque de Caxias, desde que aqui chegou em 1949. Fundador do cinquentenário jornal *FOLHA DA CIDADE* que, entre outras, sustentou a célebre campanha pela água em 1959, Ruyter integra o Conselho Deliberativo da Associação dos Amigos do Instituto Histórico e foi Vice-Prefeito e Prefeito do município. Em razão das limitações de espaço, o depoimento não será publicado na íntegra. Foram eliminadas perguntas e outros trechos sem maior relevância, mas o tom coloquial da conversa, tanto quanto possível, foi preservado. O que se segue, portanto, são trechos da longa entrevista gravada em uma tarde calorosa no verão de 2003, no Instituto Histórico da Câmara Municipal, com a participação de Antônio Augusto Braz, Tania Amaro e Odemir Capistrano. As raras inserções entre colchetes são de responsabilidade da Redação da Revista. A transcrição da fita gravada para o papel foi uma gentil colaboração de Laudicéa Castro de Almeida na transcrição e Marcelle Mandarino na primeira digitação.

¹ Licenciado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias. Pós-graduado em História Social do Brasil pela mesma faculdade. Professor da rede particular e pública municipal de Duque de Caxias. Mestrando em História Social do Trabalho pela Universidade Severino Sombra Vassouras RJ. Diretor do Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense / Fundação Educacional de Duque de Caxias.

² Jornalista, é mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Publicou contos, artigos e poemas em suplementos literários e jornais (Movimento e Pasquim, entre outros).

QUEM É RUYTER POUBEL?

Perfeitamente, desde que não seja para falar do ano do nascimento, o resto tudo eu gosto de falar. Bom, meu nome é Ruyter Poubel. É o nome que eu uso porque é o nome menor, o nome que ficou mais conhecido na cidade por causa da minha atividade política. Aí então passei a usar dois nomes apenas, mas o meu nome completo é Ruyter Cleves Poubel Vidaurre.

OS NOMES DIFÍCEIS

Minha mãe era uma pessoa de pouquíssimas letras, mas muito inteligente. Fazia poesia, fazia poemas na juventude. Tinha a mania de dar nomes difíceis aos filhos. Ela procurava no dicionário, na enciclopédia, em bula de remédio e premiou a todos com nomes assim, vamos dizer, originais, difíceis e pouco usuais. Então meu nome é Ruyter, outro é Zoelzer e por aí. Minha mãe tem cento e seis anos. Fez em novembro, falei com ela esta semana pelo telefone. Ela mora em Bom Jesus na casa de um irmão que se chama Carlowe. Tem outro que se chama Zenon. Chamava-se, pois faleceu há quatro anos, ele foi cirurgião dentista quarenta anos aqui no Centro de Caxias. Tenho também uma irmã que se chama Purcina.

A VINDA PARA CAXIAS

Vimos em 1949. Eu sou do Espírito Santo. Morei no Norte Fluminense, Bom Jesus do Itabapoana. Eu gosto sempre de falar que era da terra do Moacyr do Carmo e do Roberto Silveira e morei em Bom Jesus, estudei em Bom Jesus, onde perdi meu pai e de lá vim pra Caxias com treze anos de idade. Vimos de trem. Mas aqueles ramais que existiam no Brasil inteiro acabaram. Deixaram a população sem a condução barata e fácil.

ZOELZER, O LOCUTOR.

Quando eu e minha mãe viemos para Caxias, o Zoelzer já tinha vindo um ano antes. Ele era locutor em Bom Jesus no serviço de alto-falantes e veio para um serviço de alto-falantes em Caxias que funcionou muitos anos ali no Edifício Melo. Tinha até programa de auditório lá aos domingos de manhã. Era uma verdadeira rádio. Anunciava documentos perdidos, essas coisas. Então o Zoelzer era locutor lá, ele trabalhava, tinha lá o emprego de locutor, com aquela belíssima voz que até hoje tem. Eu também já fui locutor, mas a minha voz não é tão bonita quanto à dele. O dono do alto-falante lá de Bom Jesus (Geraldo

Garcia) mudou para Caxias e convidou o Zoelzer para vir também e ele veio. Um ano depois perdi meu pai, derrame cerebral, morreu muito novo, com 52 anos. Aí então houve uma inclinação natural da gente para vir para aqui, eu era bem novinho ainda, meus outros irmãos já estavam casados.

A MINHA MÃE

Meu pai era filho de fazendeiro. Ele e os seus irmãos praticamente nada faziam, entendeu, ficavam cuidando dos negócios da fazenda. Eram todos mais ou menos acomodados. Na minha casa quem cuidava de tudo era a minha mãe. Ela costurava para fora, fazia flores. Meu pai era assim, um homem muito mais preocupado com as coisas do campo. Mas não podia se dedicar com muito empenho, pois era um homem muito doente e as coisas do campo exigem muito esforço. Mas como eu dizia, em 49 tive que interromper o meu curso ginasial, porque vim para Duque de Caxias. Foi assim que eu terminei o meu ginasial no Colégio Duque de Caxias do saudoso prof^o Ely Combat.

O PREFEITO DA ÉPOCA

Nessa época o Prefeito era o Gastão Reis. Mais tarde, aprendendo a história da cidade eu fiquei sabendo que o Gastão Reis foi o primeiro Prefeito eleito exatamente naquele período. Depois do Gastão Reis, veio o Braulino de Matos Reis. Ele disputou uma eleição e a eleição foi questionada junto ao TRE. E ele perdeu dois anos de mandato aguardando uma decisão do Tribunal, e é claro, que nisso houve mil influências políticas, naqueles [irônico] bons tempos. E ele perdeu dois anos do mandato dele. O Adolpho David, que era o Presidente da Câmara, assumiu a prefeitura durante dois anos. Posteriormente, ele aí se elegeria para um mandato normal de quatro anos.

LOCUTOR TAMBÉM

Nesse ínterim conclui o ginásio e fui ser locutor do serviço de alto-falante com o Zoelzer, por um período pequeno, ainda na adolescência. Moramos na nossa primeira rua aqui, que foi a Rua Flávia, que hoje é Emilia Nunes Costa, uma transversal da Nilo Peçanha. Tem a Manoel Vieira, que é a rua do Recreativo, tem a Rua Henrique Ferreira Gomes, daquele mesmo lado e do lado esquerdo tinha uma rua de subida, uma ladeira, nós morávamos lá embaixo. Depois mudamos para a José de Alvarenga e mais tarde, para a Conde de Porto Alegre, no 25 de Agosto.

A IDÉIA DA FOLHA

Passei um período, um período curto, sem trabalho, servindo ao Exército e fazendo o 2º grau à noite no Cardeal Leme. Estudando muito, entendeu. A gente em Caxias, naquela época, você vê, período de 49, 50, a cidade era muito atrasada em relação ao que é hoje. Você pode imaginar o que era há cinqüenta anos atrás. E a idéia do jornal veio à minha cabeça, não foi idéia do Zoelzer, ele acabou entrando junto, mas depois. Eu já estava com 18 anos. Estava me preparando para o vestibular e ao mesmo tempo, terminando o Científico. A FOLHA começou em 53. E aí, o que me ocorreu? Eu queria fazer um jornal para influenciar na vida da cidade, para direcionar e eu achava que era pelo jornal que eu conseguiria direcionar, vamos dizer, as decisões do governo, entendeu?... Vamos dizer, as metas da administração. Eu achava que era possível, como realmente aconteceu durante muito tempo.

O INTROSPECTIVO

Eu sempre fui muito introspectivo. Lia, lia muito. Minha mãe, que sempre foi muito observadora, me considerava muito retraído, introspectivo. Ela me via sempre muito pensativo, sempre lendo muito, refletindo. Assim, ela foi num Centro Espírita na Penha, que era dirigido por um ex-taquígrafo aqui da Câmara Municipal. Seu nome: Ademar Duarte Constant, que depois veio a fundar a Mansão da Esperança e a Associação Espírita Cairbar Schutel, lá na Rua Flávia, onde eu morei e onde funcionou o Instituto de Educação quando foi criado. Para aqueles que não sabem, ao ser criado, o Instituto de Educação não tinha sede e funcionou naquele local. Mas voltando à preocupação de minha mãe, ela havia detectado que eu não era uma pessoa muito expansiva, alegre. Basta conferir a minha relação de amizade depois que eu criei o jornal. Eram todos mais velhos. Eu tinha 19, 20 anos e meu círculo de amizade girava em torno dos 50 anos. Eu credito isso ao exercício da profissão de jornalista que me obrigou a uma aproximação com os políticos e líderes comunitários, todos pessoas de idade mais avançada.

UM PERFIL DO JOVEM JORNALISTA

Então a minha mãe resolveu ir à Penha no tal Centro Espírita fazer uma "consulta" a meu respeito. Perguntaram e ela respondia mais ou menos como eu era, introspectivo, sempre pensativo, sem a expansividade normal de um jovem da sua idade naquela época. A resposta foi essa: "olha, o seu filho tem

uma mente muito evoluída e que está acima do ambiente em que ele vive". Essa história foi antes do jornal. Um pouco antes.

OS CINEMAS

Existia sim. Não apenas o Pau de Arara, que veio depois, mas existia o Cine Caxias, lá na Nilo Peçanha, o Paz e o Cine Brasil vieram depois.

O IDEAL

Mas a gente estava falando era da FOLHA não é mesmo. Vamos continuar. Eu, naquela minha maneira de ver as coisas, achava que o jornal jamais ia ser, por exemplo, um meio de comércio. Eu não tive, a minha vida inteira, tino comercial ou empresarial. Meu filho é um excelente empresário. Não creio que ele tenha se visto em mim. Mas não é isso não. Ele é um empresário nato, pragmático. Eu nunca tive muita ambição por dinheiro. Sou uma coisa impressionante, eu já com família, com filhos, não colocava isso em primeiro plano de maneira nenhuma. Eu achava mesmo é que com um jornal podia influenciar a cidade, melhorar a cidade...

A FUNDAÇÃO DA ABM

Idealista. Perfeitamente. Puro idealismo. Para você ter uma idéia, com 23 anos de idade, através da FOLHA, eu fiz uma campanha no jornal para criar uma instituição para crianças carentes. Aí eu reunia as autoridades e com 23 anos, ligava pro Prefeito que era o Chico Correia, ligava pro Delegado para fundar uma entidade para menores. E deu certo. Foi fundada a Associação Beneficente de Menores que funcionou durante 30 anos na Fazenda São Bento. Naquela fazenda histórica.

CENTRO SOCIAL REVIVER

Naquela região de São Bento há três obras de minha iniciativa. Uma foi a ABM (Associação Beneficente de Menores) e em frente, quando fui Secretário de Ação Social, criei o Centro Social Reviver. E logo na entrada, saindo da Av. Presidente Kennedy, tem a FEUDUC, uma obra que nasceu nas minhas mãos e do Moacyr do Carmo.

OFICINA PRÓPRIA

Mas aí a vida do jornal foi indo. Aquela luta de sempre. A FOLHA era feita em outros jornais, nós começamos a fazer em Niterói. Niterói sem a ponte, imagina. Tudo isso porque o jornal não tinha oficina própria. Depois, ele passou a ser feito no Centro do Rio. Foi feito uma época no Diário Carioca, outra época no jornal O Popular que tinha na Praça da República. Depois a gente avançou, por iniciativa do Zoelzer conseguimos montar uma oficina própria, naquele estilo antigo, máquinas simples, sistema linotipo com impressora plana. Você viu lá, você conheceu. Foi mais ou menos por volta de 1956.

SUBSCRIÇÃO

O Zoelzer lançou uma subscrição para criar uma empresa, aí um monte de gente comprou as ações. Era uma sociedade anônima. Umas trinta ou mais pessoas. Agráfica foi montada e anos depois a gente restituiu o dinheiro a todos.

AUTO-SUSTENTÁVEL E CRÍTICO

O jornal ficou auto-sustentável porque o custo dele era mais barato. A gente fazia vários jornais para fora, como O Municipal e outros mais. Vários, muitos, até jornal de Magé a gente fazia lá e a FOLHA tinha uma forte presença na cidade. O jornal tinha uma tendência sempre muito crítica ao Poder Público de uma maneira geral. Não apenas ao Prefeito. Não havia nada de pessoal contra ninguém. Nunca fiz jornalismo com crítica pessoal. Jamais. Sempre fiz crítica aos problemas onde eles estivessem.

APROMESSA DO ROBERTO SILVEIRA

Roberto Silveira se elegeu governador em 1958. Em 59, ele veio a Caxias no 25 de Agosto. Foi o primeiro 25 de Agosto que ele veio aqui. Os Governadores sempre vinham, hoje não dão muita importância a isso, mas todo Governador vinha ao 25 de Agosto. O Waldir Medeiros, que foi vereador e deputado e meu colega de turma na Faculdade de Direito da UFF, era um cara muito brilhante como advogado criminalista e político. Então o Waldir ofereceu na casa dele um almoço ao Governador, o Roberto, (a gente chamava de Roberto porque ele dava essa intimidade às pessoas de chamá-lo de Roberto). Ele era extremamente popular, um político nato. Bom, mas aí nesse almoço a que eu estive presente porque a FOLHA era um jornal muito grande e importante pro tamanho da cidade, embora semanário, mas era um jornal muito respeitado.

Tamanho *stander*, oito páginas entendeu? O jornal era maior que a cidade, então tinha um prestígio muito grande. Aí houve lá o almoço, uma mesa grande, muitas pessoas, eu sentei perto do Roberto Silveira. Por incrível que pareça eu deveria estar em outro lugar, né? Mais longe. Lugar de jornalista é mais afastado. Ali devia estar sentado o Prefeito ou sei lá mais quem. Mas na hora eu sentei perto do Roberto e falei: "*Roberto, e o problema da água para Caxias? Como é que vai ficar isso?*" E ele respondeu simplesmente assim: "*Olha, Caxias não vai passar outro 25 de Agosto sem água*". E eu falei: "*Tudo bem, mas você escreve isso?*". Você vê a minha audácia: "*Você escreve isso?*". Eu não sei, se eu fosse Governador eu acho que teria repreendido o jornalista. "*Eu escrevo*", disse. "*Me dá um papel aí!*". E fez a seguinte declaração que está aí no arquivo do Instituto Histórico.

DECLARAÇÃO

Declaro ao povo de Caxias, por intermédio da FOLHA DA CIDADE, que o município não passará outro 25 de Agosto sem água. Eu fiz coisas mais difíceis, por exemplo, vencer as eleições em Nova Iguaçu...

Em 25/8/59

Roberto Silveira.

Foi uma eleição muito difícil. Ele era do PTB e o Getúlio de Moura era do PSD. Concorreram e ele ganhou. O Roberto ganhou a eleição do Getúlio de Moura dentro de Nova Iguaçu, que era a terra do Getúlio. Aí na hora, veio essa lembrança na cabeça dele e ele colocou no papel como se quisesse dar mais ênfase à declaração. Ele colocou e a gente publicou várias vezes.

DOIS ANOS DE GOVERNO, 22 VISITAS.

Toda semana aquilo era publicado. "*Faltam tantos dias para que o Governador Roberto Silveira cumpra sua promessa de que Caxias não terá outro 25 de Agosto sem água*". Infelizmente ele teve somente dois anos de governo (seu mandato foi interrompido por aquele acidente de helicóptero em Petrópolis, exatamente quando ele completava dois anos de governo). Mas, nesses dois anos, ele esteve em Caxias 22 vezes. Uma média de uma vez por mês. Vinha, almoçava aqui pelos restaurantes do Centro.

ACOBANÇA

Agora quem pensa que não houve cobranças por parte dele, se engana. Num dos contatos que tivemos, durante a campanha da água ele me exigiu *"Olha aqui Ruyter, eu vou inaugurar a água de qualquer maneira. Se eu não inaugurar estou desmoralizado. Agora, vocês vão me fazer uma coisa. Ou vocês me prometem isso aqui agora ou eu vou cobrar isso no dia da inauguração. Vocês vão ter que fazer a contagem ao contrário. Durante um ano inteiro. Tipo assim: hoje faz sete dias que o Governador Roberto Silveira cumpriu sua promessa de que Caxias não passaria outro 25 de Agosto sem água. Uma semana depois", hoje faz 14 dias...".* E assim, sucessivamente, durante exatos 365 dias". Achamos aquilo razoável e concordamos. *"Vamos fazer Roberto"*, afirmei. *"Se inaugurar mesmo, está selado o compromisso"*. Aí começaram a chegar notícias, do Palácio do Ingá, através dos correligionários dele aqui de Caxias, de que ele estaria muito pau da vida com a gente. Que a gente tinha colocado ele numa dificuldade enorme. *"Ele está muito aborrecido"*, afirmavam eles.

A OBRA DA ÁGUA

Na verdade, a obra não começou do nada. Já havia um início da estação de tratamento, já havia negociações para a compra da tubulação. No entanto, quando chegou próximo à inauguração, dois ou três meses antes, os trabalhos ganharam um nível acelerado de obras jamais visto. Trabalhava-se 24 horas por dia. À noite, acendiam-se as gambiarras nas ruas do Centro, onde passavam canos e tubulações grossas para a rede distribuidora. Veio gente de Campos, Macaé, Niterói, de tudo quanto era lugar. Na verdade a obra tinha que sair. E não era uma obra pequena. Era uma obra de vulto e pelas características adquiridas devido à campanha da FOLHA certamente se transformou numa questão de honra para o Governo e, pessoalmente para o Governador. Ele estava comprometido. Na verdade era isso. Ele tinha que inaugurar a obra.

INAUGURAÇÃO E MORTE

Mas ele não assumiu o compromisso sem pensar. Ele já tinha mais ou menos uma avaliação. A promessa foi em 59 e, em 25 de Agosto de 60, ele inaugurou. Em Fevereiro de 1961 ele morreu. Quando se deu a sua morte, a gente já estava publicando a contagem ao contrário, conforme havíamos prometido. Aí a gente fez uma nota muito bonita, na primeira página da FOLHA,

dizendo que tínhamos assumido um compromisso com Roberto, de que se ele inaugurasse a água, publicaríamos a contagem ao contrário durante um ano. E assim o fizemos durante os 365 dias do ano posterior à inauguração, mesmo tendo ele falecido vários meses antes do prazo terminar.

DISCURSO SEM PALANQUE

No dia 15 de Agosto, teve a Festa de Bom Jesus de Itabapoana. Ele estava lá para inaugurar o asfaltamento de uma estrada de 30 km. Sem palanque, sem claque, sem foguetório. Hoje, qualquer prefeito para inaugurar um pedacinho de rua tem que ter festa, palanque enorme, fogos etc. Com ele não. Era informal mesmo. Ele pegou o microfone, lá no meio do povo que juntou e começou a falar das obras que estavam para serem inauguradas naquele mês.

O REPÓRTER QUE ESTAVALÁ

Aí ele pegou o microfone, como já disse, e começou a historiar as obras que estariam sendo entregues por aqueles dias. Num determinado momento, olhando para mim, que estava de frente para ele, e quase que apontando o dedo para mim disse: *“E no dia 25 de Agosto, estaremos em Duque de Caxias dando um banho de água na oposição”*. Mas, ele disse isso como se fosse uma acusação dirigida a mim que estava exatamente na sua frente. Aí quando ele terminou, eu fui até ele e disse-lhe: *“Pôxa, você falou que ia dar um banho de água na oposição e olhou para mim, só faltando dizer que eu era oposição. A verdade é que a gente não é oposição. Estamos defendendo a nossa cidade. O interesse dela”*.

SOLTEIRO E SEM PARTIDO

Nós não estávamos filiados a partido nenhum. Nem eu nem o Zoelzer. Eu fui me filiar a partido político sete anos depois. Na verdade, eu detestava política. Bom. Aí ele falou: *“Não. Tá tudo bem. Mas olha aquele negócio que vocês me prometeram, heim! Aquele negócio de um ano depois”*. Ele me cobrou na hora. Não havia esquecido. Aí teve uma coisa curiosa nesse dia. À noite, havia um baile social, no Aeroclube, que é um clube de Bom Jesus, e ele estava lá com a mulher dele, Ismélia Silveira (ela empresta o nome ao nosso Hospital Infantil). Durante o baile, eu comecei a dançar com uma moça lá da cidade, dançar aquela música (muito melhor que as músicas de hoje). E eu

estava lá, rosto colado na moça, dançando, dando um beijinho aqui, outro ali. Aí (e isso eu fiquei sabendo depois) a Ismélia cutucou o Roberto e falou assim: *“Tá vendo, vocês homens, nenhum presta. Olha o Ruyter dançando coladinho com aquela moça. Casado e aqui no Clube dançando de rosto colado e dando beijinho nela”*. Aí ele falou: *“Mas o Ruyter não é casado não”*. Ficou aquela dúvida entre os dois. Dez dias depois, chegou o 25 de Agosto. Aí o Roberto Silveira pegou uma gripe daquelas que arreiam o cara e botam na cama mesmo. Ele ficou doente e não pode vir ao 25 de Agosto para inaugurar a água e, pela primeira vez, na história, que eu conheça e não deve ter havido outro, o 25 de Agosto foi adiado por três dias para que pudéssemos ter a presença do Roberto Silveira. Foi uma apoteose. 50.000 pessoas nas ruas.

UMAFOTO HISTÓRICA

No dia 25 de Agosto, houve uma reunião aqui das autoridades. Eu e o Zoelzer havíamos feito uma edição especial da FOLHA, em tamanho tablóide com uma foto do Roberto do tamanho de uma página e uma legenda na parte superior da foto onde se lia sua célebre frase: *“Caxias não passará...”* e em baixo bem grande *“ELE CUMPRIU A PALAVRA”*. Aí eu levei o jornal para ele. Nos levaram até os aposentos dele no Palácio do Ingá, onde ele se recuperava da gripe, deitado, de roupão, com uma cara de abatimento. Aí nós tiramos uma foto dele, de roupão e tudo (o Instituto Histórico tem essa foto). Estava o Zoelzer com um microfone, não lembro se levávamos um fotógrafo ou se foi fotografia feita pela assessoria do Palácio. Mas ele estava com a Ismélia Silveira e, quando a gente entrou no quarto, a primeira coisa que ele falou não foi da obra, da água, da doença, do 25 de Agosto. Nada disso. Ele falou assim: *“Ruyter, foi bom você vir aqui porque a gente quer tirar uma dúvida lá de Bom Jesus. Você estava dançando lá no Aero clube com aquela moça e a Ismélia disse que você era casado e eu disse que não, que você era solteiro. Só você pode tirar essa dúvida da gente. Você é casado ou solteiro?”*. Aí eu respondi, logicamente que eu era solteiro. Agora você vê, o cara não esquecia de nada. Ele chamava as pessoas pelo nome. Ia a Saracuruna e chamava as pessoas pelo nome, ia a Imbariê e chamava pelo nome. Era uma coisa fantástica.

TEMPOS DE GREVE

O Batalhão foi criado assim. Naquela época de 62, 63 tinha muita greve. O município vivia em permanente ebulção política e sindical. Eu era diretor da Associação Comercial e Industrial de Duque de Caxias. O Eronides Batista era o Presidente e eu havia sido eleito junto com ele numa chapa. O Eronides era um cara muito empreendedor. Participou de muitas coisas favoráveis à cidade. Ele e outros presidentes, que a memória da cidade infelizmente já esqueceu. Mas eu era Diretor Jurídico e a Associação Comercial era, vamos dizer, um pólo de boas iniciativas em favor da cidade mais do que qualquer outro. Pois então quando ameaçava uma greve, a Associação Comercial ligava para a Secretaria de Segurança em Niterói, que era a Capital do Estado, para que fosse providenciado o policiamento para Caxias. Primeiro, porque não tinha policiamento quase que nenhum e segundo, porque as greves eram muitas. E, lá de Niterói, vinham aquelas peruazinhas que tinham aqueles bicos na frente com um contingente de uns 30 soldados. Eles ficavam alojados na Associação Comercial, dormiam em colchonetes e nós fornecíamos alimentação para eles, que vinham sempre comandados por um Tenente. Numa dessas vindas, eu conheci um certo tenente e fiquei algum tempo conversando com ele sobre muitas coisas... Eu já já vou lembrar o nome dele.

A CAMPANHA PELO BATALHÃO

Nessa conversa, o Tenente me disse: “Porque vocês não fazem uma campanha para criar um Batalhão aqui em Caxias? Caxias precisa tanto de policiamento. Não era por causa da greve, precisa porque precisa. Façam um movimento. Acaba de ser criado o 6º Batalhão de Polícia Militar em Petrópolis. Foi criado, está publicado no Diário Oficial e tudo mais e até hoje, já tem vários meses, a cidade não demonstrou o menor interesse em instalar esse Batalhão. O apoio da comunidade é muito importante numa hora dessa. E lá em Petrópolis parece que não havia muito apoio da comunidade, muito interesse. Lá eles já têm um quartel do Exército e a cidade é pacífica por natureza, então para que eles querem um quartel, mais um quartel lá? E se vocês fizessem um movimento aqui poderiam trazer esse quartel para cá”. O Tenente chamava-se Manoel Elycio dos Santos Filho. Na primeira reunião da Associação Comercial, onde eu era, como eu disse anteriormente, Diretor Jurídico, eu abordei aquele assunto e lancei aquela idéia que me foi dada pelo Tenente. A Baixada era tida como uma região muito violenta, como hoje ainda o é, mas naquela época Caxias era mais

estigmatizada por causa do Tenório. Aí então, a Associação Comercial e sua diretoria abraçaram aquela causa. Formamos uma grande comissão com outras entidades sindicais, clubes de serviços, médicos, dentistas, políticos e marcamos uma audiência com o Governador e fomos lá postular a vinda do Batalhão para Caxias. Isso se deu mais ou menos em 1963.

UM GRANDE MOVIMENTO

Quando Nova Iguaçu soube que nós estávamos fazendo um grande movimento aqui - Nova Iguaçu, que sempre foi um município de muito prestígio político (Caxias não era nada ainda, entendeu) -, eles tentaram atravessar na nossa frente e levar o Batalhão para lá. Mas aí Caxias mostrou uma resistência impar e eles não conseguiram. O Governador transferiu o 6º Batalhão de Polícia Militar para Caxias e eu entrei, inclusive naquela sede ali do Batalhão, como o primeiro caxiense a pisar lá. Depois de mim, pisou o Secretário de Segurança da época, o Major Paulo Biar e o Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel José Bismarck, ambos elementos de confiança dos militares dominantes. Mas tudo estava só no papel. Não tinha nada de concreto. O Batalhão foi criado só no papel. Sua implantação somente se deu sob o regime militar, ou seja, em 1965. Aí nós começamos a fazer uma grande movimentação na comunidade. Era preciso comprar tudo: ventilador de teto, cama, colchões, roupa de cama, pratos, talheres, panelas. Eu fiz parte de uma comissão encarregada de visitar grandes empresas tipo União Manufatura de Tecidos, Usinas Nacionais, Petrobrás, etc. Na época conseguimos uns três mil ou milhões de cruzeiros [sic], as contribuições foram boas e conseguimos montar o Batalhão. A cidade conseguira a sonhada segurança.

O AUTOR DA IDÉIA

Passados muitos anos eu não conseguia lembrar quem era o Tenente que tinha dado a idéia de criar o Batalhão. Por mais que eu tentasse, a memória sempre me traía nesse aspecto. Eu havia falado o nome do autor da idéia da criação do Batalhão naquela reunião na Associação Comercial e não havia meio de me lembrar. Um dia, pra tratar de um assunto que não me recordo, eu liguei pro Batalhão e falei com o comandante da época. Então eu falei com o coronel Elycio. Foi quando ele me perguntou: *“Ruyter, você se lembra como surgiu a idéia de se criar esse Batalhão aqui em Caxias?”* Aí eu disse *“Quer dizer*

que foi você, né? Eu tentando lembrar há vários anos o nome do autor da idéia e ele aqui ao meu lado?”.

COMEMORAÇÕES

Quando o Batalhão fez 25 anos houve lá uma solenidade. Juntou toda a oficialidade num almoço muito concorrido, com a presença de vários ex-comandantes, políticos, sociedade, empresários, etc. Aí me pediram para fazer uma saudação em nome dos fundadores civis do Batalhão, que eram apenas uns quatro ou cinco, e então eu contei essa história. Contei isso que estou contando na presença do Coronel Elysio, que já não era comandante. Estava lá como convidado. O Coronel Elysio só faltou chorar. Ele estava na mesa principal e eu numa outra mesa. Como ele era o Comandante Geral da Polícia Militar no Governo Moreira Franco, foi o último a falar e disse o seguinte: *“Olha, tudo isso que o Ruyter falou é pura verdade. E eu, por coincidência, estou indo hoje para Petrópolis, começar lá o Batalhão daquela cidade, porque eu me sinto assim um pouco com a consciência pesada de ter tirado o Batalhão de lá, de acordo com a história que o Ruyter acabou de contar”.*

A POLÍTICA PARTIDÁRIA

Em 66 surgiu a candidatura do Moacyr do Carmo, que era um médico ilustre na cidade, médico meu, da minha mãe, da minha família, um salvador de vidas, principalmente de crianças. Mas a minha entrada na política foi inspirada pelos mesmos critérios e objetivos que orientaram a fundação da FOLHA: servir a comunidade. Eu sempre detestei política, mas em 66 surge a candidatura do Moacyr do Carmo e eu fui convidado para ser o vice dele. Nos morávamos na mesma rua, a José de Alvarenga.

A JANTADA DO MOACYR

Aqui vamos abrir um parêntesis para uma curiosidade que pouca gente sabe. O Moacyr nunca jantava. O máximo que ele comia à noite era uma sopa, um mingau, um prato de leite com angu. Ele tinha problema de estômago e parece que o leite lhe fazia bem. Ele andava sempre com uma cartela de Pepsamar no bolso.

A CANDIDATURA DO MOACYR

Era a candidatura de um médico dos mais proeminentes da cidade e de um jornalista altamente combativo e já com treze anos de lutas em prol da cidade. A outra candidatura era do Hydekel, que era tido como membro de uma juventude transviada. Uma candidatura apoiada pelo Joaquim Tenório, que mantinha os funcionários com seis meses de salários atrasados. Além de tudo isso, nós estávamos no MDB, e em plena ditadura militar, havia um desejo velado de uma represália contra o regime imposto. Muita gente havia sido cassada, presa. Por isso resolvi aceitar ser o vice do Moacyr.

O AMBIENTE POLÍTICO

Caxias deixou de ser violento na política após o Tenório ser cassado. Até então...De vez em quando o Tenório aprontava uma. Quem morava em Caxias não tinha coragem de emplacar seu carro aqui na cidade. Emplacava no Rio. Em qualquer lugar do Brasil onde você passasse, o camarada olhava seu carro e saía de perto. Eu mesmo namorei umas meninas no Rio e dizia para elas que morava na Tijuca. Aproveitei que tinha uma irmã que morava lá e dava o endereço dela. Se falasse que era de Caxias, pôxa... Nunca mais.

A VITÓRIA ELEITORAL

Houve a eleição e a vitória foi consagradora. Dois por um. 40.000 a 20.000 votos. O dobro. Pelo número de eleitores você pode imaginar como o eleitorado era pequeno. Foram apenas dois candidatos (o bi-partidarismo ainda vigorava). A Câmara Municipal foi a melhor que a cidade já teve.

O GOVERNO

Quarenta mil contra pouco mais de dezenove mil. Um número expressivo. Já na Câmara, foi quando se elegeram Jorge Romeiro, Henrique de Oliveira Pessanha, Raimundo Milagres, João Ribeiro Neto, Ubiratan da Cunha Coroa. Coroa era funcionário municipal e principal líder do funcionalismo. Um homem seriíssimo. Foi uma Câmara muito boa. E foi um governo aberto. Expandiram-se muito as perspectivas do município. Fizemos um grande trabalho na área da educação. Só de escolas municipais e estaduais foram mais de 50 unidades. O Moacyr nunca teve trabalho em angariar essas obras. Nunca saiu de seu gabinete para pedir escola em Niterói. Eu e o Zoelzer é que fizemos esse trabalho. Eu escolhia os terrenos e o Zoelzer conseguia a liberação da obra. Eu

escolhi pessoalmente o terreno de mais de 40 escolas. Na área da saúde, construímos dois hospitais e 7 postos de saúde.

ADVOCACIA

Advoguei muito pouco. Muito pouco mesmo. Pois quando me formei, eu já tinha o jornal. E jornal é uma coisa absorvente, dá trabalho. Eu era um jornalista empresário, tinha que pagar minhas contas. Então não houve muito espaço para o Direito. Mas eu não cursei Direito por vocação. Eu havia escolhido era o curso de Medicina. Fiz vestibular na Faculdade de Ciências Médicas ali em São Cristóvão. Não passei e resolvi fazer Direito.

CAXIAS NA ÁREA DE SEGURANÇA NACIONAL

Caxias entrou na Área de segurança Nacional em 68. Estávamos à frente da Prefeitura. Fiz uma campanha muito grande contra Área de Segurança Nacional. Fiz primeiro na FOLHA. Depois fiz um manifesto e publiquei em vários jornais do Rio. Correio da Manhã, Diário de Notícias... Só jornais de grande circulação. O manifesto era assinado por vinte entidades de classe (todas as que existiam aqui na época). Isso foi em 68. Fizemos uma Assembléia na Associação Comercial, que estava totalmente lotada. Só que entre os presentes estava um coronel e nós não sabíamos. Somente depois é que a gente ficou sabendo. Ao final da Assembléia, eu sugeri que fosse entoado o Hino Nacional. Foi um negócio de arrepiar. Só de lembrar dá uns arrepios. Ai já era meia noite e saímos da Associação Comercial em passeata, aquele povo todo, até onde hoje é a Praça da Emancipação. Na época chamava-se 23 de outubro. Lá chegando, já se tinha providenciado uma cerquinha com um pedestal e uma tocha. Aquilo foi acesso ali na presença de todo mundo. Meia noite e pouco e lá ficou. Ficou ardendo por muitos e muitos dias. Ah! Um guarda ficou tomando conta. Mas a verdade é que a tocha ficou lá ardendo em sinal de protesto... Mas então o Decreto feito pelo General Costa e Silva dependia de ser referendado pelo Congresso. Não se transformava em lei automaticamente. Como dependia da aprovação do Congresso, achávamos que a solução seria apenas política e fomos, eu, o Moacyr, os dezenove vereadores, Zoelzer, Silvério (deputado), Lázaro, Zulmar, e diversas outras lideranças políticas até Brasília pressionar o Congresso no sentido de não aprovar o Decreto. De nada adiantou o nosso esforço. Coagido e apavorado, o Congresso acabou aprovando o Decreto do General Costa e Silva e Caxias entrou na Área de Segurança Nacional,

permanecendo por 20 anos. Voltamos para Caxias. O engraçado foi o seguinte: no dia em que Caxias foi declarado incluso nas Áreas de Segurança Nacional, nós todos estávamos participando de um banquete no La Strada, na Washington Luiz, com a presença do Governador Geremias de Mattos Fontes que tinha transferido o seu gabinete de governo durante uma semana aqui para a Baixada e a sede do Governo ficou sendo em Duque de Caxias. Aí deu no rádio a notícia e o Geremias tomou um susto. Ele, Governador do Estado, não tinha conhecimento daquilo. Eu acho que como Governador do Estado ele deveria ser o primeiro a ser informado que um município sob sua responsabilidade estava perdendo a sua autonomia política. Eles não informaram. Assim como também não informaram ao Governador Raymundo Padilha que o antigo Estado do Rio seria fundido com o Estado da Guanabara. Ambos foram "nomeados" Governador pelos militares. Eles faziam o negócio assim. Dessa maneira.

APRISÃO

Em 13 de dezembro daquele mesmo ano, foi decretado o AI-5. O ato foi assinado de madrugada e já no dia 14 eu estava conversando na porta da Prefeitura com o Silvério, que na época já era Deputado. Era o primeiro mandato dele. Conversávamos, era um sábado e, de repente, chega o Getúlio Gonçalves, apavorado, mandando eu sair fora dali naquela hora, pois ele tinha acabado de sair da sala do delegado, onde se reuniam mais de 10 oficiais do Exército, com uma lista de pessoas que seriam presas naquele momento e ele tinha visto o meu nome no meio da lista. Aí, eu disse para ele: *"Não, Getúlio. Eu não vou sair daqui, pois não vejo motivo para eu ser preso. Se vou ser preso, eu não sei. Acho que seria mais uma arbitrariedade desse Governo"*. Só que havia esquecido que o que prevalecia naqueles dias não era a minha visão dos fatos e das coisas, mas a visão dos militares. E, na visão deles, havia motivos. O Getúlio ainda tentou me convencer a sair fora e eu resisti e não demorou mais que uns dois minutos e alguém, que de lá da calçada da delegacia tinha uma visão privilegiada na calçada da Prefeitura, acompanhou o trajeto do Getúlio, sabe como são esses caras, os militares, observam tudo. E um sargento, com quase dois metros de altura, acompanhado de dois soldados com metralhadoras, surgiram (até hoje eu não sei de onde). Aí, o Sargento apareceu e falou assim: *"O senhor é o vice-prefeito Ruyter Poubel?"* *"Sim, sou eu mesmo"*. *"O senhor está preso"*. E virou pro Getúlio e

disse: *“O senhor também está preso porque veio avisar ao vice-prefeito”*. Aí, seguimos pela calçada da Prefeitura em direção à delegacia, dois soldados, com metralhadoras atrás da gente. Lá em cima, dobrando a esquerda, tinha um jipão daqueles do Exército para carregar soldados com um capitão esperando a gente lá. [Eu] estava com uns jornais debaixo do braço e o Capitão falou: *“Me dá esses jornais aí”*. Um desses jornais era a Tribuna de Imprensa. Ele, com extrema ironia me disse: *“Você está com uma leitura muito boa para os dias atuais, heim?”*. Me devolveu o jornal e mandou eu entrar no jipão e sentar no chão. Não nos bancos de madeira que havia...Mas no chão. Devia ser medo da gente pular no meio do caminho e fugir.

O EXPEDICIONÁRIO

Bom, aí o Moacyr, que era Expedicionário, ex-combatente e tinha um bom conceito entre os militares, até porque estávamos fazendo um excelente governo aqui em Caxias e o Moacyr sempre cultivou uma relação de muita cordialidade com os militares. Ele fazia muito contato com a Vila Militar. Ele viu que a situação era grave.

O IRMÃO DO AGENTE

O Getúlio saiu no mesmo dia. Seu irmão, Zezé, era do SNI, amigo do General Figueiredo. E, de mais a mais, não havia motivos políticos para a prisão do Getúlio. Ele foi preso por ter ido me avisar. Talvez, por isso também, ele tenha sido liberado no mesmo dia. Eu não. Eu era “perigoso” para o Sistema e por esse motivo, fiquei 10 dias incomunicável no REI (Regimento Escola de Infantaria). Perigoso apenas porque estava defendendo a autonomia da minha cidade.

UM RELATÓRIO

Quando eu estive preso, eles mandaram que eu fizesse um relatório das minhas atividades anteriores e posteriores a 64. Eu fiz o tal relatório. Dez dias depois que eu fui solto, eles me mandaram uma intimação para que eu prestasse depoimento num inquérito que apurava a corrupção na Baixada Fluminense. Aí, a gente começa a fazer uma reflexão sobre a nossa vida. O que eu posso ter feito que justificasse o meu depoimento num inquérito que apurava a corrupção? Aí, eu fui depor. Lá chegando, fui recebido pelo encarregado do inquérito que se sentava a uma mesa onde tinha diversos recortes de jornal. Era

um capitão. Os recortes eram todos de críticas à Área de Segurança Nacional. Dentro das matérias, eles grifavam as partes, digamos assim, mais contundentes. A primeira pergunta que ele me fez deu mostra do que eu podia esperar dali para frente: *“O senhor acha a política mais importante que a Segurança Nacional?”*. Ao que eu respondi: *“De maneira nenhuma. Acho a Segurança Nacional importante. Não acho que a política seja mais importante”*. *“Como o senhor justifica essa campanha feita em Caxias contra a área de Segurança Nacional?”*, continuou o capitão. *“Olha”,* respondi, *“em primeiro lugar, a campanha não foi feita somente por mim. A cidade toda se envolveu nisso. Não teve deputado, vereador, prefeito, foi um envolvimento geral de toda a comunidade. Foi um movimento puramente municipalista de quem viu a sua autonomia, conquistada com tanto sacrifício, suprimida. Não teve nada de contestação ao regime. Não teve esse caráter”*. *“Mas o senhor foi peça muito importante nesse movimento”*. Nesse momento eu vi que eles estavam muito mais bem informados do que eu pensava. Eu não pude contestar mais nada, pois eu tinha realmente articulado aquilo tudo. Então eu disse: *“Mas o que acontece é que ficamos muito aborrecidos e revoltados, pois no momento em que estamos fazendo um trabalho sério na Prefeitura, o município recebe como prêmio a perda de sua autonomia política. O único município do Rio de Janeiro a perdê-la.”* Ao que o capitão retrucou: *“Caxias não foi o único”*. *“Capitão, Caxias não é o único?”*. *“Volta Redonda também”*, disse-me ele. Eu falei: *“Não senhor. O senhor está enganado. Volta Redonda não foi declarada área de interesse da Segurança Nacional”*. Um ano depois, Volta Redonda foi incluída. Eu acho que ele foi falando com um, com outro, até chegar lá em cima e pronto: decretaram. Aí eu continuei o meu depoimento dizendo o seguinte: *“Olha eu acho que se houvesse uma intervenção federal em Caxias, São João de Meriti, Nilópolis e Nova Iguaçu a pretexto de o Governo federal fazer lá grandes investimentos na área de saúde, educação, saneamento, enfim... Poderíamos até admitir. Mas sem um motivo, uma finalidade. Sem sequer justificativa...”*. Esse foi o meu depoimento. Sustentei a minha opinião pessoal, o meu ponto de vista desde o começo. Vamos admitir, que na visão do Governo Central, os prefeitos da região não merecessem a confiança e eles quisessem fazer grandes investimentos aqui. Tudo bem que colocassem uma pessoa de confiança deles. Eu seria a

favor, desde que os objetivos fossem esses. Não eram, como veríamos, infelizmente, tempos depois.

O LIBERAL

Eu gostaria de deixar uma coisa registrada. Eu nunca fui um subversivo. Eu nunca tive ligações com aquela atividade subversiva, conspiratória, realmente nunca tive mesmo. Sempre fui um liberal. Um defensor da cidadania, dos direitos humanos e individuais. E, nesse sentido, as minhas posições políticas foram até contraditórias ao longo do tempo. Por exemplo: eu fui contra o João Goulart quando ele foi candidato a vice-presidente. Dois anos depois, eu fui às ruas brigar pela sua posse. Eu votei no Milton Campos (uma figura espetacular), mas dois anos depois fui para as ruas brigar pela posse do João Goulart. Foi quando o Jânio renunciou.

O VICE-PREFEITO

A gente realizava um governo a quatro mãos. Era eu e o Moacyr ali, juntos. Ele saía e eu assumia. Isso aconteceu umas três ou quatro vezes naquele governo. Aí eu fui preso e saí do governo. Quando eu ia retornar, o Moacyr falou *“E agora... como é que eu vou retornar o Ruyter?”*. Não para o cargo de vice-prefeito para o qual eu havia sido eleito. Mas o de Secretário de Governo. Então o Moacyr foi ao Comandante da Vila Militar, General Calderari. Ele tinha que fazer essa consulta, pois o meu retorno sem uma consulta dessa poderia ser interpretada como um desafio. E confronto com militar era tudo que alguém poderia não querer. Muito menos o Moacyr. O General Calderari pediu o meu nome e falou pro Moacyr procurá-lo dentro de 48 horas. O Moacyr voltou lá 48 horas depois e o general falou assim para ele: *“Olha, rapaz, pode voltar tranquilo, pois não existe absolutamente nada contra ele”*. Deve ter consultado Deus e todo mundo. Aí eu retornei e assumi a Secretaria de Governo, que naquela época chamava-se Chefia de Gabinete.

O SONHO NA POLÍTICA

A minha pretensão sempre foi a de ser Prefeito. Nunca pretendi cargo legislativo. Não tinha isso como objetivo. No caso de Prefeito, a Regime Militar pôs um ponto parágrafo no meu sonho. Interrompeu essa possibilidade. Meu objetivo na vida pública foi prejudicado exatamente num período em que eu

estava em ascensão política. O Regime Militar, na minha opinião, para mim foi fatal. Em 70, eu fui candidato a Deputado Federal. No último ano do nosso governo, o Moacyr não quis ser candidato de maneira nenhuma. Se ele quisesse, seria o candidato natural. Eu assumiria o governo faltando uns oito ou nove meses para que ele pudesse se candidatar. É que na época havia moralidade nisso, entendeu? Hoje, graças ao senhor Fernando Henrique Cardoso, que fez uma lei imoralíssima somente para beneficiá-lo e com isso estendeu este privilégio a Governadores, Prefeitos e hoje eles podem ser candidatos à reeleição sem se afastarem de seus cargos, com a caneta numa mão, a chave do cofre e o Diário Oficial na outra. Isso é uma coisa estarrecedora em termos de desigualdade numa disputa eleitoral. Bom, mas aí o Moacyr empacou. Não queria ser candidato de jeito nenhum. Aí ele me impôs: *“Eu não vou ser candidato de jeito nenhum. Não quero ser. E eu não sendo, o candidato tem que ser você”*. E eu resistia. Não tinha pensado jamais em ser candidato a deputado estadual ou federal. A coisa foi quase que imposta. Tipo *“não Ruyter, tem que ser você”*. Eu acabei sendo candidato. Mas, o que aconteceu depois?. Aconteceu que o Moacyr sempre foi influenciado por pessoas muito ligadas a ele (algumas de má reputação) que encontravam em mim forte resistência a certas picaretagens que costumam acontecer à sombra do poder. Essas figuras nem entravam na minha sala.

O CANDIDATO DO MOACYR

Depois de tudo acertado, convenceram o Moacyr a lançar um outro candidato. A coisa se deu da seguinte forma: eu convidei o Moacyr para ir a Bom Jesus comigo em uma reunião. Ele me disse que eu não ia precisar de votos de fora. Que eu poderia ir sozinho lá em Bom Jesus e ver o que poderia conseguir por lá, mas que a minha eleição estava certa com os votos daqui. Eu fui para Bom Jesus. Pois quando eu estava lá, eles lançaram a candidatura do Zuca (José da Silva Barros) aqui, pelas minhas costas. O Moacyr morreu me dizendo que não teve nada com isso...Mas, por sua omissão, permitiu que o fato ocorresse. Quando me ligaram dizendo que haviam lançado o Zuca contra mim aqui em Caxias, eu interrompi a minha programação e voltei correndo. Aqui chegando não o procurei. Não o procurei por achar que não cabia procurá-lo. No fundo eu achava, como acho até hoje, que se ele tivesse interesse, teria abortado aquela candidatura. Ele tinha todas as condições e o Zuca era um político obediente, ele (o Moacyr) sempre tinha votado no Zuca para vereador.

Não, ao contrário. Ele alimentou a história. Concordou no mínimo. Aí tivemos dois candidatos a federal. Eu tive 20 mil votos, o que significa mais ou menos uns 100 mil votos hoje em dia. Fiquei como segundo suplente de deputado federal e nunca assumi. O Hydekkel teve grande participação neste complô contra mim, que mudaria a história do município.

AFRUSTRAÇÃO

Mas, no meu caso, eu também fui castrado pela classe política de Caxias em mais de uma oportunidade. Essa foi uma delas. Eles convenceram o Moacyr de que se eu me elegeisse Deputado Federal estaria criando uma nova liderança na cidade e colocando em risco todos eles. Se o Ruyter for eleito, estamos todos ferrados. Já era. Todo mundo aí ó! Aí, eu acho que o Moacyr, devido à sua inabalável fé na influência "auricular" dos amigos (da onça), se colocou contra a minha candidatura.

OUTRA OPORTUNIDADE PERDIDA

Depois que Caxias saiu da Área de Segurança Nacional, em 85, eu tinha tanta vontade de disputar uma eleição de prefeito que acabei participando da convenção do PMDB, partido que eu fundara em 66, disputando com o Silvério a vaga de candidato a Prefeito do partido. A convenção foi no CAP [Carlinhos Auto Peças] e foi uma grande convenção. Uma das maiores das já realizadas na cidade. Foi uma verdadeira luta da Raposa contra a Galinha. Ele manipulou a convenção toda, nossas fichas de filiação desapareciam... Enfim. Ele teve 60% do diretório e eu tive 40 (números redondos). Mas, na verdade, ele agiu profissionalmente, ele tinha recurso, estrutura da Assembléia. Ele tinha a malandragem da política. E política não é lugar para gente ingênua. Entendeu?

A SAÍDA DO PMDB

Depois eu resolvi que, para poder ter forças para enfrentar esse pessoal que se colocava na minha frente, eu tinha que ter um mandato. Resolvi ser candidato a Deputado Estadual em 86 pelo PMDB. Então, o Silvério (segundo a cidade toda fala), a quem eu tinha apoiado com todas as minhas forças para Prefeito, se juntou com o Moreira Franco e me impediram de ser candidato a Deputado Estadual pelo partido do qual eu era o Presidente. Eu tinha resolvido ser Deputado Estadual para ter uma tribuna para enfrentá-los. Parece que eles descobriram isso e se juntaram para me barrar mais uma vez. Ficou naquele

chove não molha. Sai a vaga, não sai a vaga. É hoje, é amanhã. Já estava ficando muito em cima da campanha e aí eu resolvi desistir.

A FUNDAÇÃO DO PSDB

Mas o Moreira Franco era o presidente Regional do PMDB. Eu me afastei da Presidência do Diretório Municipal do partido com uma carta pública onde enumerava as minhas razões para abandonar aquele partido pelo qual tanto lutara. Saí e fui fundar, em Brasília, o PSDB, dois anos depois. Eu organizei o PSDB aqui em Caxias e fui seu presidente por dois mandatos consecutivos.

O INGRESSO DE ZITO NO PSDB

Em 93, o Zito resolveu mudar de partido mais uma vez. Resolveu ir para o PSDB. Como o Marcelo Alencar era candidato a Governador, o Eurico Natal "fez a cabeça" do Zito para ir para o partido e contou com a simpatia do Marcelo Alencar para tal empreitada.

A SAÍDA DO PSDB

Ele entrou no Partido de uma maneira que eu não gostei. Entrou sem conversar com a direção partidária. Aquela coisa toda e eu vi logo que não ia dar certo. Não ia combinar. Então, fizemos umas reuniões na Câmara Municipal. Eu, de minha parte, estava fazendo uma tentativa para ver se dava para ficar no PSDB. Numa dessas reuniões, ele me falou que não tinha interesse de ser o Presidente do partido. Então, eu sugeri o nome do Natal para Presidente que era um nome palatável para eu ficar lá. E o Zito aceitou na hora. Todo mundo aceitou e fizeram um documento para que todos assinassem. Aí, houve a distribuição de cargos no diretório. Eu indicava 14 pessoas, o Zito indicava 14. O Natal sete e assim, por diante. Mas tudo aquilo eu já sabia que não ia dar certo. Mas se o Natal fosse presidente eu ficaria um pouco mais. Não sei até quando... Mas ficaria. Todo mundo assinou aquele documento. O Luiz Sebastião, Ari Vieira Martins, o professor Augusto. Depois fizemos uma reunião no partido e o Zito falou: *"Eu também tenho o direito de ser candidato a Presidente do meu partido e quero ser candidato"*. Aí, houve uma reunião no PSDB, a sede estava lotada, e eu mandei xerocar centenas daquele documento e distribuí a todos os presentes. Aí, na hora da reunião eu cobreí dele: *"Zito, como é que a gente vai confiar em você se você não cumpre nem o que você assina?"*

Mas ele manteve a candidatura e eu resolvi não disputar a convenção. Saí do partido. Saí do PSDB e deixei o partido para ele.

SEM PARTIDO E SEM PRETENSÃO

Não. Não tenho mais pretensões, principalmente porque a minha família é contra. Se não, eu ia ser candidato a Prefeito. Acho que existe um espaço a ser preenchido por um candidato com o meu perfil, com a minha história e com a minha proposta.

UMA SENHORA DECADENTE

A FOLHA não acabou. Pelo menos materialmente ela não acabou. Ela continua existindo e agora, em cores. Mas ela morreu espiritualmente. Ela morreu no seu ideário, naquilo que levou à sua criação. Ela nasceu com a pretensão de influenciar os poderes públicos a levar a cidade para o bom caminho. E eu coloquei nisso toda a minha vida. Mas isso nela realmente morreu, porque ela hoje é uma empresa que trabalha muito mais para o Governo do município. Quer dizer, ela não tem a independência necessária que eu tinha para fazer o jornal que eu fazia, o jornal que a cidade se pronunciava através dele, as associações de moradores, o MUB [Movimento União de Bairros], entendeu? O jornal não tinha limites nos seus compromissos com a sociedade. Tinha limites éticos muito, muito grandes. Mas quando eu vendi a FOLHA, já me sentia cansado com um jornal durante 40 anos. Era preciso modernizá-lo, equipá-lo e o investimento não valia a pena. E eu também não tinha recursos para bancar esta modernização. E, se tivesse, não havia certeza de retorno. Nós temos um exemplo muito perto daqui. O Jornal Hoje de Nova Iguaçu não consegue virar um grande jornal de jeito nenhum. Então, eu concluí que não dava para continuar. Eu tinha que parar e, antes que fechasse as portas, eu preferi deixar o jornal funcionando. Então eu tive muitas dificuldades de encontrar um comprador. Conversei com o próprio Jornal Hoje, com o Dom Mauro Morelli. Mas o curioso é que quando eu vendi o jornal, ele vendia muito nas bancas. Hoje você procura os jornais de Caxias nas bancas e não encontra. Eu, para ler as notícias aqui da cidade, tenho que mandar buscar os jornais na redação. Mando pegar porque faço questão de ler. Porque eu quero saber pelo menos alguma coisa de Caxias De tudo eu não posso ficar sabendo né, por diversas razões, mas de alguma coisa... Só para ter um exemplo, o jornaleiro da Praça Roberto Silveira reclamou comigo que as pessoas procuram o jornal na

banca e nunca encontram porque as redações não mandam. Toda semana alguém pergunta: “*Tem a FOLHA?*” e nada de ter a FOLHA nas bancas de jornal, que é onde os jornais deveriam ser encontrados, pelo menos é o que eu penso. Infelizmente, eu não posso mudar essa situação. Mas eu vendi e no dia em que deixei a FOLHA escrevi um emocionante editorial com o seguinte título: “Vá com Deus minha filha”.

O DESTINO DA COLEÇÃO

Toda a coleção da Folha, que eu possuía, eu mandei para a Luana Gráfica. Eles guardaram num armário e deu cupim e comeram tudo. O que eu posso fazer?

AUTODEFINIÇÃO

Eu me defino politicamente como um liberal. O liberal é o homem que luta pela liberdade, pelos direitos iguais, pela cidadania. Se é que se podem juntar as duas coisas hoje no Brasil, eu me considero um político de centro-esquerda, liberal. Não de hoje, já de há muito tempo. Tanto que votei no Lula quatro vezes.

AO VENCEDOR O APOIO DO VENCIDO

Apoiei a candidatura do Silvério que era a candidatura do meu partido. Derrotou-me de maneira ilícita, uma convenção fraudada, mas o resultado estava lá e não adiantava eu querer contestar aquilo. Eu fui um cara ingênuo. E ingenuidade não é característica de quem possa se orgulhar nenhum político. Política não é lugar para ingênuo, cara de boa fé. No dia da convenção, às 5 horas da tarde encerrou a votação e o Silvério chegou perto de mim e disse: “*Ruyter, o que você acha de a gente ir lá no palanque e anunciar o sucesso desta convenção e confirmar o compromisso de o vencido apoiar o vencedor, seja qual for o resultado?*”. Eu concordei. Fomos lá e reafirmamos o compromisso. Claro, era do interesse dele. A vitória ele tinha certeza de ter conquistado e só faltava a ele ter a certeza do engajamento da parte mais forte do PMDB, que era a minha parte. Ele agiu com profissionalismo e é lógico, com recursos de que eu não dispunha. Depois queriam que eu fosse candidato pelo PSB. Logo na semana seguinte, o Silvério entrou na minha sala e falou que queria que eu fosse o candidato a vice dele. Eu não aceitei. Eu já tinha sido vice-prefeito e não tinha essa pretensão. Meu sonho era submeter o meu nome à apreciação da cidade, numa eleição majoritária, encabeçando a lista. Minha

mulher, por acaso, estava sentada do lado de fora, na minha ante-sala. E me disse que o Silvério quase não encontrou a porta de saída depois da minha negativa. Apoiei a sua campanha, conforme o prometido, mas ser seu vice...

O EMPRESÁRIO

Houve uma coincidência muito grande entre a venda do jornal e a iniciativa do meu filho, exclusivamente dele, de atuar nessa área de entretenimento. Eu apenas aderi incondicionalmente, como é normal num pai. O pai deve aderir às iniciativas lícitas do filho imediatamente. E eu aderi. Primeiro foi a Turnê, discoteca que não sei se você chegou a conhecer. Mas era uma coisa linda. Depois, foi a Pirâmide e, agora, a Via Show, que é um paquiderme. Aquilo não é fácil não meu amigo. Aquilo é uma fábrica de trabalho e de problemas.

SE O POVO SOUBESSE...

Eu queria que o povo soubesse o que fazem com ele no submundo da administração pública. Se o povo soubesse e fosse organizado, o que não é, apesar de todo esforço do Dom Mauro Morelli nesse sentido, o povo botava fogo nisso tudo (nos três poderes).

OS POUBEL

A família cresceu muito. Mas é uma só. É Poubel, é da família, que é de origem européia, mas eu, por exemplo, com esse nome todo, sou brasileiro, filho de brasileiro, neto de brasileiro, pai e avô de brasileiros. Meus bisavós eram suíços e vieram para cá... Para essa região de Friburgo, Santa Maria Madalena.

SOBRE O IRMÃO DA FOLHA

O Zoelzer mudou para Niterói uns 40 anos atrás. Tem a cabeça completamente diferente da minha. Ele é político, entendeu? Mas, um dia, ele me falou: *"Ruyter eu vou mudar para Niterói e vou deixar você aqui em Caxias com essa mania de construir uma nova cidade. Vou para Niterói, uma cidade que já está pronta"*. Ele perdeu a eleição em 74 quando até mesmo o Lazaroni (tido como apostador inveterado e contumaz ganhador de apostas) apostava com qualquer um, o quanto fosse preciso, de que ele seria o Deputado Estadual mais votado do Estado. Ele perdeu a eleição. Depois, ele achou que seria muito difícil retomar e começar a fazer política de novo sem

mandato. Ele achou que não valia mais a pena.

SOBRE O PREFEITO ZITO

Acho que o Zito fez muita coisa. Foi um bom prefeito.

UMA OUTRA HISTÓRIA

Uma vez eu quis vender o jornal pra um camarada. Eu não vou citar o nome dele já que esta entrevista esta tão comprometedora, que abduco do direito de declinar seu nome. Só que o cara queria comprar o jornal, pagar a preço ajustado, mas uma das cláusulas da venda era impossível de ser formalizada. Ele queria que eu fosse junto com a FOLHA. Ele é um ex-prefeito e sofreu muito nas mãos da FOLHA. Mas queria comprá-la com o direito de me levar junto. É ruim, heim! Ele dizia que a FOLHA sem o Ruyter Poubel não existia. Estaria certo ele?

SOBRE A MIGRAÇÃO E O ÊXODO

Houve sempre uma migração muito grande para Duque de Caxias, principalmente do Norte e Noroeste do Estado, Nordeste, Minas Gerais, Espírito Santo. E, depois, houve o êxodo. Eu costumo dizer que essas famílias, centenas ou milhares de famílias, que deixaram Caxias para morar nos bairros do Rio, que saíram daqui, são como glóbulos vermelhos que saem do sangue da cidade. Glóbulos vermelhos porque são a elite dirigente, empresários, professores, médicos, engenheiros, dentistas, advogados, funcionários públicos, líderes sindicais, etc. Eles vão para a Barra, para a Ilha do Governador, para Tijuca, Niterói. Vale tudo, desde não tenham que morar em Caxias. Uma pena. Julgo este o maior problema de Duque de Caxias.

A FALTA QUE UM JORNAL FAZ

Eu gostaria de tocar um jornal, sim. Forte, dinâmico, de vanguarda. Eu escrevi um artigo nesta revista, a penúltima, dando conta da importância da cidade ter um jornal diário forte e competitivo. Quando eu comecei, com 19 anos, eu estava certo. Um jornal pode mudar o rumo de um governo e de uma cidade. Uma coisa que eu não entendo é que, na Baixada, nenhum jornal cresce. Você vai a Petrópolis, tem jornal diário e grande. Você vai a Teresópolis...Tem jornal grande e forte. Você vai a Cabo Frio...Tem jornais diários, grandes e fortes. Porque somente na nossa região isso não acontece?

Será que é porque lá o leitor compra o jornal e aqui isso não acontece? O cara acorda às 5 da manhã, vai pro trabalho, que geralmente é no Rio e, quando volta, já noite, está tão cansado que não consegue ler nem o jornal. Pode ser isso.

SEM MEIOS NEM MENSAGEM

Olha só o que acontece. A população, por falta de meios de comunicação, fica alienada. Não recebe informações, não sabe o que está acontecendo e, na hora de votar...Vota errado. O cara vai votar, vai para a urna e não tem a informação necessária para decidir bem. Acaba votando errado. Votando em qualquer um sem saber quem é.

DESNÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO

Mas vejam só. Há um desnível sócio-econômico. Verdade. É uma questão complicada isso aí. A cidade hoje, praticamente, já está muito dividida. Existe o Vinte e Cinco de Agosto e o "lado de lá do trem". À medida que a cidade vai crescendo isso vai aumentando. Na minha época de rapaz, a cidade era menor. O point era a Nilo Peçanha. Não tinha o 25 de Agosto. Eu, por exemplo, morava na José de Alvarenga. O pessoal passeava ali na José de Alvarenga, Nilo Peçanha e Presidente Kennedy e na Tenente José Dias. Aos domingos as moças ficavam passeando na rua... para lá e para cá. Hoje a coisa está diferente. Mudou muito.

PENSÃO PARA PREFEITOS E VICES

Ao aprovar a Lei Orgânica do Município, em 5 de abril de 1990, a Câmara Municipal aprovou, também, nos artigos 37 e 38 das Disposições Transitórias, uma Pensão Vitalícia para Prefeitos e Vice-Prefeitos de Duque de Caxias. Entendendo ser a Lei uma indignidade e uma afronta à população, ingressei, sozinho, com uma Ação Popular na 4ª Vara Cível de Duque de Caxias contra a medida, derrubando-a 48hs após a sua aprovação. É importante frisar que eu iria também receber a maldita Pensão, mas não aceitei, entrando assim, na Justiça, contra mim mesmo.

IDÉIA DO LIVRO

O resto das minhas histórias, que vivi e assisti como jornalista e homem público, pretendo contá-las no livro que tenho esperança de editar, ainda.



Seção
ICONOGRAFIA

Esta seção tem como objetivo divulgar os documentos iconográficos que integram o acervo do Instituto Histórico e das demais instituições que abrigam esse tipo de documentação.



Almoço oferecido ao Juiz de Direito Dr. Luiz Miguel Pinaud e ao Prefeito Homero Lara no restaurante UPC - anos 40.
Acervo iconográfico do Instituto Histórico.



Instalação do poder legislativo - 1947.
Acervo iconográfico do Instituto Histórico.



Associação Comercial - 1937.
Acervo iconográfico do Instituto Histórico.



Associação Comercial - anos 40.
Acervo iconográfico do Instituto Histórico.



ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS
DO INSTITUTO HISTÓRICO

A Associação dos Amigos do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto / Câmara Municipal de Duque de Caxias surgiu para dar maior dinamização ao funcionamento do Instituto Histórico, estimulando maior participação dos setores organizados da sociedade, e conseqüentemente, promovendo uma maior divulgação do órgão.

Criada para colaborar com o aprimoramento e o desenvolvimento das atividades do Instituto Histórico, a Asamih é o elo entre a população e o órgão de pesquisa, já que apesar de ser uma entidade sem fins lucrativos, tem entre suas finalidades adquirir acervo, sustentar programas de processamento técnico, conservação e restauração de obras e incentivar exposições.

Consta ainda de seu estatuto, aprovado pelos sócios - em número ilimitado, mas composto atualmente por intelectuais e pesquisadores do maior renome na Baixada Fluminense e cidadãos comuns que manifestam interesse pela cultura e história -, o estabelecimento de intercâmbio com outras associações e entidades assemelhadas, o apoio à reprodução de documentos do Instituto Histórico, o incentivo à integração cultural com a comunidade e um programa de captação de recursos financeiros para a instalação de projetos culturais.

Segue relação com os nomes dos Conselheiros e dos Sócios Fundadores da Associação dos Amigos do Instituto Histórico.

2003/2005

*CONSELHO DELIBERATIVO*Efetivos

MARIA VITÓRIA SOUZA GUIMARÃES LEAL
RUYTER POUBEL
ANTÔNIO AUGUSTO BRAZ
CARLOS DE SÁ BEZERRA
DALVA LAZARONI DE MORAES
GENESIS PEREIRA TORRES
IRIS POUBEL DE MENEZES FERRARI
LAURY DE SOUZA VILLAR
MESSIAS NEIVA
PAULO CHRISTIANO MAINHARD
ROGERIO TORRES DA CUNHA
STELIO JOSÉ DA SILVA LACERDA

Suplentes

AGRINALDO ALVES FARIAS
GUILHERME PERES DE CARVALHO
ALEXANDRE DOS SANTOS MARQUES
MARLUCIA SANTOS DE SOUZA
JOSUE CARDOSO PEREIRA
SANDRA GODINHO MAGGESSI PEREIRA
ROBERTO GASPARI RIBEIRO
PAULO PEDRO DA SILVA

*CONSELHO FISCAL*Efetivos

WASHINGTON LUIZ JUNIOR
ARISTIDES FERREIRA MULIM
GILBERTO JOSÉ DA SILVA

Suplentes

ODLAN VILLAR FARIAS
ROSA CRISTINA DA SILVA LEITE
ERCÍLIA COELHO DE OLIVEIRA

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Executivo NIELSON ROSA BEZERRA
Secretário MANOEL MATHIAS THIBURCIO FILHO
Tesoureiro ODEMIR CAPISTRANO SILVA
Diretora de Pesquisa TANIA MARIA DA SILVA AMARO DE ALMEIDA

SÓCIOS FUNDADORES

AGRINALDO ALVES FARIAS
ALEXANDRO LOUREIRO DA SILVA
ANA MARIA MANSUR DIAS
ANÍDIA SANTOS DA COSTA
ANTENOR GOMES FILHO
CLEINA MUNIZ COSTA
EDELSON GAMA DE MENEZES
FARID DAVID SÃO TIAGO
GILSON JOSÉ DA SILVA
GILVAN JOSÉ DA SILVA
HABACUQUE BRIGIDO DOS SANTOS
INGRID JUNGER DE ASSIS
JOÃO MELEIRO DE CASTILHO
JOSÉ CARLOS SILVA
JOSÉ CARLOS CRUZ
LAURECY DE SOUZA VILLAR
LAURY DE SOUZA VILLAR
LIGIA MARIA DE LUNA
LUZIA LUZIE TE DE OLIVEIRA LUCAS
MAGDA DOS SANTOS JUNGER
ROBERTO FERREIRA DE CARVALHO
ROBERTO LIMA DAVID
ROBSON GAMA
ROSELENA BRAZ VEILLARD
ROSELI LOPES GOMES SOUZA
SÉRGIO LOCATEL BARRETO
SILVANA CARVALHO DE BARROS
SONIA CRISTINA DE SOUZA PAIS
WALDOMIRO FRANCISCO DAS NEVES
TELMA PATRÍCIA ALMEIDA DE SOUZA
TELMA TEIXEIRA DE LIMA
ALDA REGINA SIQUEIRA ASSUMPTÃO
ADILSON M. FONTENELLE
ALEX DOS SANTOS DA SILVEIRA
ALEXANDRE GASPARI RIBEIRO
ALEXANDER MARTINS VIANNA
ALEXANDRE DOS SANTOS MARQUES
ÁLVARO LOPES

ANA LUCIA DA SILVA AMARO
ANA LUCIA SILVAENNE
ANA MARIA DA SILVA AMARO
ANILTON LOUREIRO DA SILVA
ANDRÉ LUIS SILVA DE OLIVEIRA
ANDRÉ LUIZ LOPES VIANNA
ANDRÉ LUIZ VILLAGELIN BIZERRA
ANTÔNIO AUGUSTO BRAZ
ANTÔNIO JORGE MATOS
ANTÔNIO JOSÉ PFISTER DE FREITAS
ANTÔNIO MENDES FREIRE
ARISTIDES FERREIRA MULIM
AUZENIR GONDIM E SOUZA
CARLOS DE SÁ BEZERRA
CID HOMERO FERREIRA DOS SANTOS
CLÁUDIO UMPIERRE CARLAM
DALVA LAZARONI DE MORAES
DINA SILVA GUERRA
DIOGO DE OLIVEIRA RAMOS
EDIELIO DOS SANTOS MENDONÇA
EDVALDO SEBASTIÃO DE SOUZA
EDUARDO DE SOUZA RIBEIRO
ELISETE ROSA HENRIQUES
EMIDIO DA SILVA AMARO
ERCÍLIA COELHO DE OLIVEIRA
ERUNDINO LORENZO GONZALES FILHO
EVANDRO CYRILLO MARQUES
EVANGELINO NOGUEIRA FILHO
EUGÊNIO SCIAMMARELLA JÚNIOR
FÁBIO MARTINS RIBEIRO
FÁBIO PEREIRA
FRANCISCO BERNARDO VIEIRA
FRANCISCO QUIXABA SOBRINHO
GILBERTO JOSÉ DA SILVA
GÊNESIS PEREIRA TORRES
GILSON RAMOS DA SILVA
GIULIANA MONTEIRO DA SILVA
GUILHERME PERES DE CARVALHO

HERALDO BEZERRA CARVALHO
HERMES ARAUJO MACHADO
IRANI FONSECA CORREIA
ÍRIS POUBEL DE MENEZES FERRARI
IVON ALVES DE ARAÚJO
JOÃO HERCULANO DIAS
JOSÉ REINALDO DA SILVA PASCOAL
JOSÉ ROGÉRIO LOPES DE OLIVEIRA
JOSUÉ CARDOSO PEREIRA
JOSUÉ CASTRO DE ALMEIDA
JOSÉ ZUMBA CLEMENTE DA SILVA
LAUDICÉA CASTRO DE ALMEIDA
LUIZ CARLOS SILVEIRA DE CAMPOS
LUIZ HENRIQUE SILVA VIEIRA
MARIA ALICE DE OLIVEIRA DOMINICALLI
MANOEL MATHIAS THIBÚRCIO FILHO
MARCELO BORGES SOARES DE ALMEIDA
MARCO AURÉLIO TEIXEIRA BAPTISTA DE LEÃO
MARIA DE JESUS MENDES LIMA
MARIA VITÓRIA SOUZA GUIMARÃES LEAL
MARIA ZÊNIA CORREIA DOMINGUES
MARIZE CONCEIÇÃO DE JESUS
MARLUCIA SANTOS DE SOUZA
MARTHA IGNEZ DE FREITAS ROSSI
MESSIAS NEIVA
NÁDIA APARECIDA TOBIAS FELIX
NEWTON DE ALMEIDA MENEZES
NEY ALBERTO GONÇALVES DE BARROS
NIELSON ROSA BEZERRA
NILSON MOREIRA CAMPOS DONIZETH
NIVAN ALMEIDA
ODEMIR CAPISTRANO SILVA
ODLAN VILLAR FARIAS
PAULO CESAR RAMOS PEREIRA
PAULO CHRISTIANO MAINHARD
PAULO PEDRO DA SILVA
PAULO ROBERTO TEIXEIRA LOPES
PAULO ROBERTO CLARINDO
PAULO ROBERTO REIS FRANCO
PEDRO MARCÍLIO DA SILVA LEITE
ROBERTO GASPARI RIBEIRO
ROGÉRIO TORRES DA CUNHA
ROMEU MENEZES DOS SANTOS
ROSA CRISTINA DA SILVA LEITE
ROSA NASCIMENTO DE SOUZA

ROSANE FERREIRA LARA
ROSANGELA DAVID W. G. DE LIMA
RUYTER POUBEL
SANDRA GODINHO MAGGESSI PEREIRA
SELMA CASTRO DE ALMEIDA
SELMA MARIA DA SILVA RODRIGUES
STÉLIO JOSÉ DA SILVA LACERDA
SOLANGE MARIA AMARAL DA FONSECA
SUELY ALVES SILVA
TANIA MARIA DA SILVA AMARO DE ALMEIDA
UBIRATAN CRUZ
VERA LUCIA PONCIANO DA SILVA
VILMA CORRÊA AMANCIO DA SILVA
WAGNER GASPARI RIBEIRO
WASHINGTON LUIZ JUNIOR



Estado do Rio de Janeiro
CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS

14ª LEGISLATURA

MESA EXECUTIVA PARA O BIÊNIO 2003 / 2004

Presidente:	LAURY DE SOUZA VILLAR
1º Vice-Presidente:	CARLOS ELI DE OLIVEIRA SANCHES
2º Vice-Presidente:	MARIA LEIDE DE OLIVEIRA
1º Secretário:	ADRIÃO PEREIRA NOGUEIRA
2º Secretário:	GERALDO DE SOUZA

VEREADORES

AILTON ABREU NASCIMENTO
AÍRTON LOPES DA SILVA
ALCIDES LEONCIO NOGUEIRA CIDINHO DE FREITAS
DIVAIR ALVES DE OLIVEIRA JÚNIOR
IVERALDO CARVALHO PESSOA
JOAQUIM ANTÔNIO MOREIRA
JOSÉ ZUMBA CLEMENTE DA SILVA
LUIZ ANTÔNIO VENEIO DA ROCHA DE FREITAS
MARCOS ELIAS FREITAS PESSANHA MOREIRA
MOACYR RODRIGUES DA SILVA
NIVAN ALMEIDA
ODILON REIS PATROCINO
REGINALDO FIGUEIREDO DA CRUZ
SEBASTIÃO FERREIRA DA SILVA
SÉRGIO CID DO NASCIMENTO
VAGNER RODRIGUES DUTRA

Diretor Geral: **LAURECY DE SOUZA VILLAR**



MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS

